



Universidade de Brasília

Instituto de Artes

Departamento de Design

Trabalho de Conclusão de Curso

Ensaio sobre o sistema prisional: especulando futuros para a realidade brasileira

Maria Luísa de Carvalho Cascelli de Azevedo - 14/0027416

BRASÍLIA

2 / 2019

Maria Luísa de Carvalho Cascelli de Azevedo - 14/0027416

Ensaio sobre o sistema prisional: especulando futuros para a realidade brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso com
habilitação em Projeto de Produto do
curso de Design ministrado na
Universidade de Brasília.

Orientação: Prof. Symone Jardim

BRASÍLIA

2 / 2019

AGRADECIMENTOS

Sou grata por todos os ensinamentos que esse projeto me proporcionou. Poder mergulhar em um contexto totalmente diverso ao meu e explorar áreas do Design que ainda não havia estudado foi extremamente enriquecedor.

Agradeço a todos que de algum modo fizeram parte da minha jornada até o presente, todos que contribuíram para a formação da pessoa que sou.

Agradeço especialmente a meus pais, Luiz e Maria Cristina, por me darem todo o suporte para sempre seguir meus sonhos. Sem a crença de vocês em mim não seria quem sou. Obrigada por todas as oportunidades que experimentar áreas diferentes e vivenciar experiências de profundo crescimento.

Agradeço à minha irmã, Mariana, por sempre me inspirar a ser o meu melhor e me dedicar para chegar lá.

Agradeço ao Vítor por tudo o suporte e apoio ao longo de todo o processo desse projeto. Por todos os momentos de acolhimento e escuta e por ter ajudado, em momento de dúvida, à compreender a relevância da minha temática. Obrigada por me ensinar tanto todos os dias.

Agradeço a todos da Oni Design de Negócios, Herick, Henrique, Raquel, Bárbara, Marcus, Eduardo, Rafael, Dara, Vitor, Júlia e Tiago. Obrigada pela compreensão desse momento que estava passando e pelos constantes aprendizados que me auxiliaram a construir esse projeto.

À Symone que aceitou trabalhar com uma proposta não muito comum ao Design e me incentivou e apoiou ao longo do processo, me auxiliando a não desistir e buscar outras possibilidades nos momento que encontrava barreiras.

À banca avaliadora por terem disponibilizado seu tempo para leitura desse relatório e

pontuações acerca de seu projeto.

À todos que cederam seu tempo para conversar comigo acerca de suas vivências dentro do sistema penitenciário: Bruno, Frei Nonato, Jéssica, Daniel, Deuselita e Ludmilla.

Ao Timotheo por compartilhar suas experiências e pelas diversas tentativas de me ajudar a realizar minha pesquisa com as internas e a conhecer melhor suas experiências de vida.

Por fim, agradeço a todos os amigos e familiares que contribuíram ao longo dessa trajetória e torceram pelo meu sucesso. Gratidão imensa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de cenários críticos especulativos sobre o futuro do sistema penitenciário. Por meio da criação de cenários, busca-se explorar o caminho que estamos caminhando e possíveis alternativas para lidar com atos infracionais. Inicialmente, é analisado o sistema penitenciário brasileiro e as motivações por trás da criminalidade com base no Modelo Ecológico. Em seguida, é discutido o papel do Design enquanto ferramenta para gerar diálogo e reflexões por meio de uma abordagem do Design Discursivo. Por fim, com base no Design Crítico Especulativo, são apresentados três cenários desenvolvidos a partir de questionamento de possíveis futuros para o modo que lidamos com indivíduos infratores. São simulados contextos onde características do cenário atual são mantidas ou acontecem mudanças no modo que lidamos com a criminalidade, com o intuito de discutirmos como sociedade que futuros queremos.

Palavras-chave: sistema penitenciário, design especulativo, prisões, abolicionismo, crime.

ABSTRACT

The present work aims to develop Speculative and Critical scenarios about the future of the penitentiary system. By the development of different scenarios, it's seeked to explore the path we are taking and possible alternatives for dealing with infringing acts. Initially, the Brazil's prisional system and the motivations behind crime are analysed based on the Ecological Model. Next, the role of design as a tool for generating dialogue and reflection is discussed through a Discursive Design approach. Finally, based on the Speculative Critical Design, three scenarios are developed by questioning possible futures for the way we deal with violating individuals. Contexts are simulated where characteristics of the current scenario are maintained or changes occur in the way we deal with crime in order to discuss as a society what future we want.

Keywords: penitentiary system, speculative design, prisons, abolitionism, crime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Diagrama integrado para causalidade da violência. Fonte: Moser and Shrader 1999, adaptado e traduzido pela autora.....	21
Figura 2. Primeiro mapa conceitual. Fonte: imagem da autora.....	30
Figura 3. Matriz CSD (Certezas, Suposições e Dúvidas). Fonte: imagem da autora.	31
Figura 4. Blueprint de serviço da Penitenciária Feminina do Distrito Federal sendo trabalhado no início do projeto. Fonte: imagem da autora.	32
Figura 5. Double Diamond. Fonte: Design Council adaptado pela autora.	36
Figura 6. Simplificação do Vision Backcasting da Kaospilot. Fonte: imagem da autora.	37
Figura 7. Construção inicial dos arcos de aprendizagem da oficina.	38
Figura 8. Design Tradicional x Design Especulativo e seus campos relacionados. Fonte: Adaptação de Mitrovic (2015, apud Johannessen).	Erro! Indicador não definido.
Figura 9. Cone de futuros possíveis. Fonte: Dunne e Raby (2013), traduzido e adaptado pela autora.	46
Figura 10. Tríade de interação do Design Discursivo. Fonte: imagem da autora.	56
Figura 11. Cone do futuro da continuação do cenário atual. Fonte: imagem da autora.	60
Figura 12. Como a continuação do cenário atual pode levar a uma situação absurda? Fonte: Raphael Strauss.	61
Figura 13. Cone do futuro da mudança real das pessoas. Fonte: imagem da autora.	65
Figura 14. E se pudéssemos verdadeiramente mudar as pessoas? Fonte: Raphael Strauss. .	66
Figura 15. Chip de memória. Fonte: imagem da autora.....	67
Figura 16. Cone do futuro da abolição. Fonte: imagem da autora.....	71
Figura 17. E se não existissem prisões? Fonte: Raphael Strauss.....	73
Figura 18. Centralização de crimes nas penitenciárias.....	76
Figura 19. Investimento em políticas de prevenção do crime em detrimento do investimento em penitenciárias. Fonte: imagem da autora.	77
Figura 20. Adoção de medidas personalizadas para cada caso.....	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	13
2.1 O criminoso	18
2.2 Descompasso entre doutrina e prática jurídica	25
3. ABORDAGEM INICIAL	29
3.1 Design de Serviços	29
3.2 Oficina de Design Thinking	34
3.3 Cartas de experiências	38
3.4 Abordagem especulativa	41
4. DESIGN CRÍTICO ESPECULATIVO	42
4.1 Cones de futuros possíveis	45
4.2 Abordagem metodológica	47
5. DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS	59
5.1 Como a continuação do cenário atual pode levar a uma situação absurda?	59
5.2 E se pudéssemos verdadeiramente mudar as pessoas?	64
5.3 E se não existissem prisões?	70
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, há pelo menos três indicadores da crise do sistema carcerário: superlotação, excesso de presos provisórios e a reincidência. É indiscutível a falha desse sistema em cumprir seu suposto propósito de ressocialização e reinserção social a pessoas infratoras. As instituições de restrição de liberdade possuem uma lógica mais punitiva que reparadora ou restaurativa. Independentemente da linha teórica, existe um consenso que o modo que o sistema penitenciário opera não funciona, o que repercute em um movimento de reconhecimento de que deve-se repensar esse modo operante.

Dentro dessa lógica reestruturante, existem principalmente duas linhas: a primeira reconhece que as prisões funcionam de forma desumana e violenta, defendendo uma reforma no modo que o sistema opera, a fim de buscar uma transformação real às pessoas que ali se encontram e verdadeiramente ressocializá-la. Já a segunda linha, defende que o próprio sistema penitenciário causa mais danos que auxilia a transformação, defendendo, então, a abolição total do complexo prisional.

Neste trabalho defendo a necessidade de repensar e discutir a respeito de qual futuro queremos como sociedade para o encarceramento. A partir do desenvolvimento de cenários críticos especulativos sobre o futuro do sistema penitenciário, objetiva-se gerar discussão sobre o atual contexto prisional e sobre qual futuro queremos como sociedade.

Apesar de ser um assunto que é de interesse de todos, ainda não se discute de forma profunda sobre o como lidamos com pessoas infratoras e como elas são punidas ou ressocializadas. Da mesma maneira, não é discutido o processo de cura da vítima de um crime, que muitas vezes é deixada de lado após uma condenação.

Presídios são propositalmente posicionados em ambientes afastados e com muros altos. Não é bonita a realidade que eles reproduzem e muitas vezes a sociedade não quer realmente ter que lidar com quem teve uma conduta desviante. Consideramos as prisões algo natural, mas com frequência temos medo de enfrentar as realidades que elas produzem. "Como seria angustiante demais lidar com a possibilidade de que qualquer

pessoa, incluindo nós mesmos, pode se tornar um detento, tendemos a pensar na prisão como algo desconectado da nossa vida" (DAVIS, 2018).

O primeiro passo para trazer essas discussões à tona e iniciarmos a refletir em conjunto como queremos moldar nossa sociedade, é o reconhecimento que um sistema prisional decadente é um problema de todos, principalmente porque os detentos retornam à sociedade e precisamos estar prontos para recebê-los. O modo em que o sistema opera atualmente é tão falho que a própria sociedade não confia em seu caráter reparador, discriminando e desconfiando de egressos. Precisamos começar a discutir e pensar em possibilidades para um sistema que vêm nos falhando há anos, e sem levar o assunto para outras esferas de estudo, jamais encontraremos soluções. Aqui proponho que discutamos ele sob a perspectiva do design e possamos refletir e pensar em que futuro queremos.

2. O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O sistema carcerário brasileiro enfrenta uma grande crise que só vem se intensificando ao longo dos anos. A população carcerária do país quase dobrou em 10 anos, passou de 401,2 mil para 722,12 mil¹ de 2006 a 2016, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) de 2016, último relatório emitido pelo órgão. Desse total, 33,29% são prisões provisórias, ou seja, pessoas que estão em privação de liberdade, mas ainda aguardam julgamento.

Os dados do Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0) confirmam os números elevados, relatando em 2018 a presença de 602.217 presos, dos quais 40% são presos provisórios. Os dados do BNMP são obtidos a partir das informações do Poder Judiciário com base nas ações criminais a que presos provisórios respondem e nos processos de execução penal dos presos definitivos. Segundo a pesquisa, 40% das pessoas privadas de liberdade são presos sem condenação e 24,65% são presos em execução provisória, ou seja, segundo o relatório 64,65% dos presos em 2018 não haviam tido uma condenação definitiva.

Dentro de um panorama internacional, o Brasil representa o terceiro país com mais presos no mundo, segundo levantamento do Infopen, ficando atrás somente dos Estados Unidos (2,14 milhões) e a China (1,65 milhão) em 2015. O Brasil é o terceiro em taxa de ocupação das cadeias (188,2%), atrás apenas de Filipinas (316%) e Peru (230,7%), e o

¹ Estima-se que o número atual de presos já tenha ultrapassado 800 mil, contudo, a ausência de dados recentes e algumas dificuldades na coleta de dados inviabilizam a obtenção de um número preciso de pessoas em restrição de liberdade. Alguns estabelecimentos prisionais têm dificuldade de obtenção de algumas informações e, por isso, não informam todos os dados solicitados. O próprio DEPEN, em seu relatório de 2014, coloca que nem todos os estabelecimentos enviam os dados solicitados, exigindo projeções para se estimar a realidade global e que, em alguns casos, simplesmente não foi possível realizar a análise referente a determinados dados para algumas Unidades da Federação. "As dificuldades mencionadas permitem inferir, em grande medida, a ausência de informações básicas nas unidades prisionais, revelando o baixo nível de conhecimento dos estabelecimentos a respeito dos presos que custodiam, com reflexos na qualidade da gestão prisional" (DEPEN, 2014).

quarto em taxa de aprisionamento por cem mil habitantes. A pesquisa também mostrou que, a despeito de 53% da população brasileira acima de 18 anos ser negra, e 46% branca, na prisão a estatística é de 64% negros e 35% brancos.

Pelo Infopen (2016) também ficou comprovado empiricamente que os presos têm quatro vezes mais chances de cometer suicídio do que a população brasileira total. No ano de 2015, foram anotados 5,5 suicídios para cada cem mil habitantes, ao passo que em penitenciárias a taxa foi de 22,2 para cada cem mil detentos. Além disso, 88% dos presos não estão envolvidos em qualquer atividade educacional, como ensino escolar e atividades complementares. Já em relação a trabalho, dentro e fora das cadeias, a fatia que fica alheia é de 85%.

O aumento exponencial da população carcerária e a marginalização dos presídios nos gastos públicos repercute em um sistema prisional em crise profunda e com um grave problema de superlotação. Segundo dados do primeiro trimestre de 2019 do Projeto Sistema Prisional em Números do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 169,25%, considerando o total de 1.433 estabelecimentos penais no país.

Do total de unidades no país, morreram presidiários em 499 delas, no ano de 2018. O sistema do CNMP mostra, ainda, que em 81 estabelecimentos houve registro interno de maus-tratos e em 436 presídios foi registrada lesão corporal a preso praticada por funcionários. Ainda aponta que são 399 presas gestantes no país, o que representa 1,18% do total.

Os números crescentes da população carcerária e da criminalidade no país são indicadores de falhas no sistema carcerário no cumprimento de seu objetivo de ressocialização e reintegração. As altas taxas de encarceramento e criminalidade são derivadas de uma série de fatores e falhas em diversas instituições e relações sociais, abarcando áreas como educação, saúde, gênero, questões raciais e desigualdade social. Além disso, estão associadas também outras questões do sistema judiciário e a

opinião pública que desumaniza pessoas infratoras. Portanto, é impossível discutir esse cenário penal sem entrar em questões culturais e sociais da sociedade brasileira.

Bauman (1997) relata a relação social com pessoas consideradas estranhas aos olhos da sociedade. Segundo ele, a incerteza endêmica que a presença de estranhos só pode continuar galvanizando, encontra sua válvula de escape nos esforços contínuos para ganhar controle sobre o espaçamento social, ou seja, para confinar e arregimentar a liberdade dos estranhos e mantê-los inteiramente "no lugar que lhes cabe".

Quanto mais longe estiverem do pólo da intimidade, tanto mais outros humanos se tornam estranhos (até desaparecem, no extremo do anonimato, inteiramente da visão. De estranhos, sabemos demasiadamente pouco para nos engajar em qualquer interação a não ser a mais superficial e descuida (BAUMAN, 1997).

Esse sentimento de distanciamento e anonimatos se intensifica quando os estranhos são pessoas vistas pela sociedade com conduta repreensível e que descumprem as leis. As pessoas não querem que exista qualquer tipo de interação com esses estranhos. Além de mal se importam com o que lhes acontece no anonimato, principalmente quando esse estranho se instala em um local de literal isolamento social, como um presídio.

O encarceramento é de caráter punitivo e repressor ao invés de transformador, o próprio distanciamento da sociedade cria um discurso de pessoas em cárcere como outrem fora da sociedade e que não merecem o convívio social. Nessa ação, ignora-se as causas pelo qual a criminalidade acontece e como ela, em si, é fruto da sociedade em que vivemos. A diferenciação entre nós e eles gera uma preocupação menor em como essas pessoas são tratadas, uma vez que se usa um discurso de merecimento da violência ao indivíduo que comete um delito.

O aprisionamento então se apresenta como uma solução simplista para lidar com o que não queremos em nossa sociedade, sem entender as reais causas por trás. De forma sistemática e imediata, ter um local para envio de pessoas desviantes onde não se terá que pensar a respeito delas por alguns anos parece uma solução adequada e justa.

Bauman (2005) cria uma analogia entre o estranho aos olhos da sociedade e o lixo. Nessa analogia, há uma separação entre aquilo que é preciso estar entre a sociedade e o que precisa ser rejeitado, excluído, eliminado da esfera social. Desse modo, a prisão, bem como outras entidades como hospitais psiquiátricos, são representados como lugares para depositar o lixo.

O “refúgio humano” não pode mais ser removido para depósitos de lixo distantes e fixado firmemente fora dos limites da “vida normal”. Precisa, assim, ser lacrado em contêineres fechados com rigor. O sistema penal fornece esses contêineres. No sucinto e preciso resumo de David Garland sobre a transformação atual, as prisões, que, na era da reciclagem, “funcionavam como a extremidade do setor correcional”, hoje são “concebidas de modo muito mais explícito como um mecanismo de exclusão e controle”. São os muros, e não o que acontece dentro deles, que “agora são vistos como o elemento mais importante e valioso da instituição” (Bauman, 2005).

Bauman (2005) coloca que essas instituições sociais de isolamento passaram da tarefa de reciclagem para um depósito de lixo. No conceito de sustentabilidade deve-se buscar a reciclagem para melhor aproveitamento dos recursos, mas a reciclagem não atinge o problema da produção do lixo, ela só lida com ele uma vez que ele foi produzido. O ideal seria trabalhar com a redução do lixo criado, na analogia do Bauman, seria trabalhar de forma a prevenir a criação de indivíduos excluídos.

Nesse momento, ao invés de tratar a raiz dos problemas sociais, é adotada uma estratégia de colocar as pessoas que representam o resultado dos problemas brasileiros em um local isolado como forma de remediá-lo. O fato de não se ver o sintoma, não cura a doença. Essa prática não atinge a raiz da questão e somente remedia ou pior, somente mostra a sociedade o que ela quer ver, "pessoas ruins" em um "lugar que merecem". "Lançar o outro para o fundo do cenário não o faz desaparecer. O fundo está inegavelmente lá" (Bauman, 1997).

Faço a reflexão diante desse contexto, que nosso sistema prisional é um reflexo de nós mesmo, que reduzimos uma pessoa a seus atos e acreditamos cegamente que ela merece ter todos os seus direitos negados, há quem dirá que ela merece a morte. Desse

modo, nasce a natureza das prisões brasileiras, punir e reprimir aqueles que erram e não são privilegiados para escapar do sistema. Também seria ingenuidade acreditar que somente os que estão em cárcere possuem uma conduta desviante, quando sabemos a enfermidade generalizada de nossa sociedade. Em nosso país atualmente, lidamos com o fenômeno da seletividade penal, no qual, ocorre processo social e institucional de definição ou seleção de certas pessoas e condutas etiquetadas como criminosas.

A partir do reconhecimento da ineficácia do sistema penitenciário, são discutidas duas abordagens distintas como solução: o movimento reformista e o abolicionista. O reformista parte do pressuposto que o sistema prisional precisa ser reestruturado para que cumpra seu propósito de ressocialização e reinserção social. Já os estudiosos abolicionistas defendem que o sistema é um problema social em si mesmo, e, portanto, a abolição seria a única solução adequada para este problema (DE FOLTER apud CARNEIRO, 1989).

Assim, busca-se substituir o sistema penal por outras instâncias de solução de conflitos. Essa busca por novas possibilidades é inclusive derivada de uma análise das evidências de um sistema penitenciário que teve anos de tentativa e falha na restauração de indivíduos infratores. Uma instituição que representa um papel tão grande e relevante para o bem-estar social acabou se tornando uma instituição que reproduz a violência a toxicidade.

Desse modo, o abolicionismo visa acabar com todo o sistema penitenciário e com o que o legitima, substituindo-o por outras ações que lidam com as situações-problemas, principalmente com base no diálogo, na concórdia e solidariedade entre pessoas e grupos sociais envolvidos (CARNEIRO, 2013). Segundo Angela Davis (2018, pg. 114) se forçarmos de maneira míope no sistema existente é difícil imaginar um sistema estruturalmente similar capaz de lidar com uma população tão vasta de transgressores da lei. Mas, se mudarmos o foco de uma instituição isolada para um conjunto de relações que compõem o complexo industrial-prisional, podemos pensar em alternativas.

"Um enquadramento mais complexo pode render mais opções do que simplesmente tentar encontrar um único substituto para o sistema prisional" (DAVIS, 2018). Desse modo, ao invés de encontrar uma única alternativa para o encarceramento, o abolicionismo visa o desenvolvimento de uma série de outras medidas que exigirão transformações radicais em muitos aspectos da nossa sociedade. A partir dessa compreensão, busca-se, de forma sistêmica, tratar as causas da criminalidade, dando um passo atrás e buscando investir na prevenção, mais que na remediação do crime.

Para compreender melhor como podemos repensar esse sistema que vêm falhando em manter a sociedade mais segura e sustentável, é importante entender o que levam pessoas a cometerem atos infracionais. Na próxima seção entenderemos melhor algumas teorias relacionadas aos fatores de risco para o crime e a violência.

2.1 O criminoso

Para conseguirmos pensar em outras formas de trabalhar a ressocialização de um infrator é importante entendermos um pouco melhor sobre os fatores que levam as pessoas a cometerem crimes. Não há um consenso sobre qual seria a causa da criminalidade, contudo, criminólogos estudaram o assunto e identificaram uma série de fatores que, combinados em proporções e situações específicas, poderiam fornecer certa explicação para a causa do crime (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Esses fatores não devem ser percebidos como um modelo geral do mundo criminal, mas podem fornecer matizes para compor um quadro que indica propensão e assim, buscarmos, como sociedade, formas de remediá-los para prevenir a criminalidade. Do ponto de vista da criação de cenários críticos especulativos, é importante a compreensão desses fatores facilitantes para buscar criar cenários ancorados em bases reais.

De acordo com Cano e Soares (2002 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004), é possível distinguir as abordagens sobre as causalidade do crime em cinco grupos:

- a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; b) teorias centradas no homo economicus, isto é, no crime como uma atividade racional de

maximização do lucro; c) teorias que considera o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; d) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e e) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.” (2002:3)

As primeiras reflexões sobre o tema procuravam encontrar uma causa geral para o comportamento criminoso, com o intuito de erradicá-lo. Uma das mais conhecidas abordagens iniciais sobre a criminologia colocavam como determinante as patologias individuais, ou seja, condenava pessoas com determinadas características físicas como portadoras da "doença da criminalidade". (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004). Acreditava-se que a motivação para cometer crimes fosse biológica ou genética, essa abordagem é hoje completamente descartada.

As outras linhas teóricas trazem abordagens com viés mais psicológico e social. Contudo, alguns teóricos defendem que não existe somente uma razão ou fator determinante para se cometer crimes, mas sim uma combinação de fatores, uma multicausalidade. Circunstâncias relacionadas ao indivíduo, sua família, sua comunidade e outros contextos mais abrangentes nacionais, se combinam para influenciar a criminalidade.

A Figura 1 mostra um diagrama representando esses níveis de interação, esse modelo é conhecido como Modelo Ecológico², pois analisa o ecossistema que envolve o indivíduo que comete uma penalidade. Nele são representadas esferas de interação do indivíduo com o mundo externo próximo e social à sua personalidade e forma de lidar com o mundo exterior. Ele procura demonstrar que nenhum nível ou causa é único determinista ou totalmente explicativo para causalidade do crime, mas, quando

² Inicialmente utilizado para explicar a psicologia social e o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1977), diversos pesquisadores já aplicaram o Modelo Ecológico para explicar as complexidades da etiologia da violência. O modelo já foi utilizado de várias maneiras para analisar abuso infantil, coerção sexual e violência doméstica e contra as mulheres. A estrutura multinível incorpora fatores biofísicos, psicológicos e sociais no nível individual, bem como os fatores externos que atuam sobre o indivíduo. (MOSER; SHRADER, 1999)

combinado com uma ou mais esferas, pode gerar uma situação em que alguém comete um crime.

Cada nível produz fatores de influência que se reforçam mutuamente sobre um indivíduo. Por exemplo, um jovem com uma disposição agressiva (fator de risco no nível individual) tem maior probabilidade de adotar uma postura violenta se já tiver experimentado a violência como um meio aparentemente legítimo de resolução de conflitos em casa (nível do relacionamento).

Ou, por exemplo um jovem que vive em um distrito urbano com altos níveis de desemprego e criminalidade e falta de atividades de lazer (fatores de risco no nível da comunidade). Ele está mais propenso ao uso da violência em comparação com aqueles que cresceram em ambientes pacíficos, com oportunidades mais variadas e melhores.

O modelo, portanto, ajuda a diferenciar os muitos e variados fatores de influência por trás da criminalidade e mostra as relações entre as pessoas e seu ambiente complexo. No entanto, também demonstra que é necessária uma ação coordenada em vários níveis, a fim de encontrar respostas preventivas ao crime.

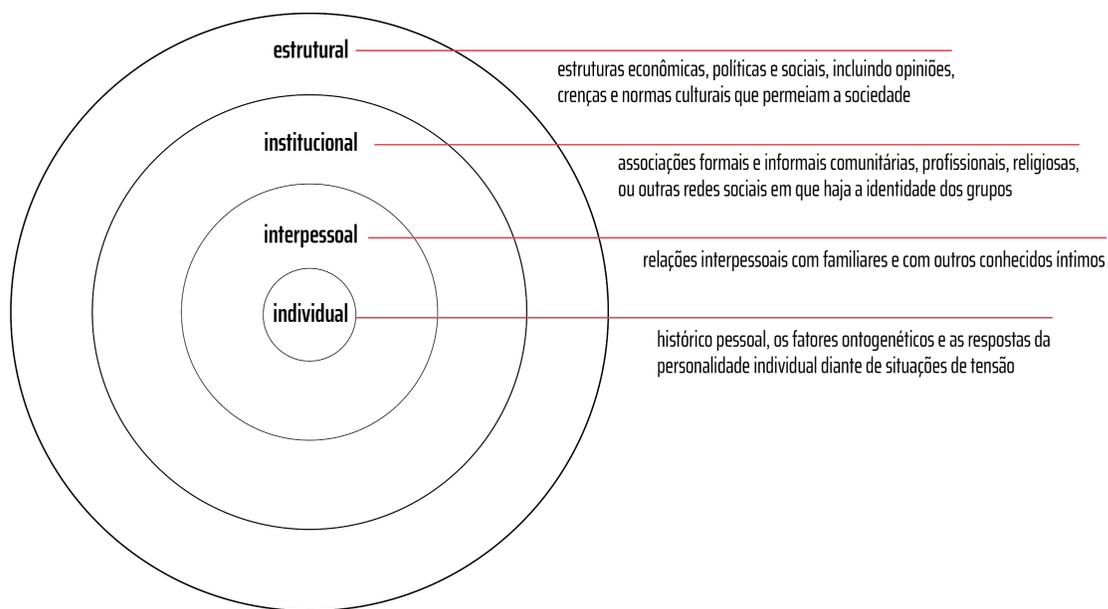


Figura 1. Diagrama integrado para causalidade da violência. Fonte: Moser and Shrader 1999, adaptado e traduzido pela autora.

Essa abordagem vai de acordo com a lógica que os diferentes tipos de crime, possuem causas diferentes, motivadas por algum desequilíbrio nas esferas do diagrama. Atualmente tratamos diferentes crimes da mesma forma, com a privação de liberdade. Ao compreender que as motivações para a infração legal são diferentes para cada indivíduo, é importante a reflexão sobre a unificação da solução às variadas penalidades.

Todas as esferas do modelo ecológico estão interligadas, se influenciando mutuamente e se associando para a constituição pessoal dos indivíduos. No presente trabalho, vamos trabalhar principalmente sobre a esfera estrutural, pois ela acaba sendo a responsável atualmente pelo infrator e sua ressocialização e reinserção à sociedade.

A partir do momento que o Estado brasileiro se compromete à propiciar o bem estar, harmonia social, qualidade de vida e a garantia de direitos da população, ele precisa se preocupar com a segurança e respeito às esses direitos. Para que se haja uma sustentabilidade social, na qual a harmonia entre indivíduos prevaleça, é importante se

preocupar com a prevenção do crime e como lidar com ele de forma efetiva e reparadora. Sistemas sociais ineficientes são uma esfera importante de influência na criminalidade, que impacta todo o funcionamento e segurança de seus indivíduos.

Uma das mais tradicionais explicações de cunho sociológico em escala estrutural acerca da criminalidade é a teoria da anomia de Robert Merton. Ele define como anomia a dissociação entre as aspirações culturalmente prescritas e os caminhos socialmente estruturados para a realização de tais aspirações. Um conflito socialmente determinado, decorrente da contradição entre a estrutura cultural de uma sociedade que estabelece objetivos a serem perseguidos por todos, como a ascensão social e êxito econômico e a sua estrutura social, que limita os meios para se alcançar legalmente aqueles objetivos.

Desse modo, o insucesso em atingir as metas culturais gera uma frustração que acaba por se atribuir pouca ou nenhuma relevância à licitude dos meios utilizados para atingir os fins almejados, o que produz um abandono das regras do jogo social. "O indivíduo não respeita as regras de comportamento que indicam os meios de ação socialmente aceitos. Surge então o desvio, ou seja, o comportamento desviante." (ASSAF; VIEIRA, 2016). Todos que possuem uma conduta desviante da socialmente aceitável são afastados de alguma forma, muitas vezes de forma singela que desqualificam aquele indivíduo como um igual.

As metas estipuladas socialmente não são alcançadas por todos, por isso vemos um país com tamanha desigualdade social. Não são todos que conseguirão ter êxito econômico ou ascender socialmente, alguns se conformam com isso, enquanto outros, mirando um objetivo que não é alcançado legalmente na realidade de muitos brasileiros, recorrem a criminalidade. Desse modo, a forma na qual a esfera individual lida com um problema na esfera estrutural instiga o comportamento desviante.

Mas sabemos que o crime não ocorre somente nas classes sociais mais baixas, os crimes por ela desempenhados são de maior facilidade de condenação por serem mais explícitos, mas encontramos crimes contra o patrimônio muito maiores em classes sociais mais altas, os intitulados crimes de colarinho branco, expressão cunhada por

Edwin H. Sutherland. Esse é um tipo de crime praticado por pessoas de alto nível social, no curso de sua ocupação comercial ou industrial.

Crimes de colarinho branco são descobertos com menos frequência pela complexidade e dificuldade de rastreamento. Enquanto os crimes de furto, roubo ou tráfico as provas são mais evidentes, conseqüentemente sendo facilitada a conclusão da investigação. Além disso, ainda tem uma relativização da sociedade e naturalização de crimes de caráter financeiro, como a sonegação de impostos. Apesar de ter um impacto social muito maior a sonegação de 20 mil reais, o furto de um celular acaba sendo visto como uma prioridade de punição, por "apresentar maior risco". Ele influencia diretamente na sensação de segurança do dia a dia da população, enquanto a sonegação não apresenta reflexo imediato ou direto perceptível no cotidiano.

Mas a seletividade penal não decorre somente da facilidade de conclusão do crime ou do dano social que é causado, mas deriva também da perpetuação de um estereótipo do criminoso reforçada de forma estrutural na sociedade. Segundo o jurista Zaffaroni (2001, pg. 130), esses estereótipos são fabricados pelos meios de comunicação de massa, os quais permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delitos, como delinquência de colarinho branco, dourada, de trânsito, etc.

Esse estereótipo é diretamente refletido nas prisões, ao observar o perfil majoritário percebido nas estatísticas do Infopen Junho/ 2017 de homens jovens (54% abaixo dos 35 anos), com baixa escolaridade (50% sem fundamental completo, 79,5% sem ensino médio completo), negros (64%).

Nas prisões encontramos os estereotipados. Na prática, é pela observação das características comuns à população prisional que descrevemos os estereótipos a serem selecionados pelo sistema penal, que sai então a procurá-los. E, como a cada estereótipo deve corresponder um papel, as pessoas assim selecionadas terminam correspondendo e assumindo os papéis que lhes são propostos (ZAFFARONI, 2001, pg. 130).

Edwin H. Sutherland também formulou a teoria da associação diferencial, na qual elabora que

A função social do crime é de mostrar as fraquezas da desorganização social. Ao mesmo tempo que a dor revela que o corpo vai mal, o crime revela um vício da estrutura social, sobretudo quando ele tende a predominar. O crime é um sintoma da desorganização social e pode sem dúvida ser reduzido em proporções consideráveis, simplesmente por uma reforma da estrutura social (SUTHERLAND, 1973, p.41 apud ARAÚJO, 2016, p. 49).

Para esta teoria, o comportamento criminoso é resultado de um aprendizado por parte do indivíduo sobre aquela conduta criminosa. Qualquer padrão de comportamento pode ser aprendido, seja ele virtuoso ou criminoso, e será assimilado de acordo com o contato que o indivíduo tem com esse comportamento.

Desse modo, considera-se que os princípios do processo pelo qual se desenvolve o comportamento criminoso são os mesmos do processo através do qual se desenvolve o comportamento legal. São, então, os valores dominantes no grupo com os quais o indivíduo se relaciona é que vão lhe ensinar sobre o delito. Assim, o comportamento criminoso é aprendido, não podendo ser definido como produto de uma predisposição biológica ou atribuído somente às pessoas de classes menos favorecidas.

Para Sutherland (apud FERRO, 2008), existe um equívoco em se afirmar que as classes pobres é que acometem grande parcela de crimes. O indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base nos exemplos e influências que possui, o que pode suceder em qualquer cultura. A vivência com indivíduos que praticam atividades criminosas naturaliza o ato e o torna uma conduta aceitável e incentivada dentro daquele contexto.

Ao reconhecer a influência do meio na naturalização de determinadas condutas, não podemos deixar de considerar a autonomia e as decisões tomadas pelos indivíduos. Pessoas advindas de um contexto similar, seguem caminhos de vida diferentes, possuem o poder de tomar decisões que podem encaminhá-las para o desenvolvimento de uma carreira legalmente aceita. Ignorar o fator individual de cada ser humano retira a responsabilidade que cada um possui sobre seus atos e escolhas.

O Modelo Ecológico, apresentado na figura 1, expõe exatamente essa relação. A exposição de uma pessoa à naturalização de alguma atividade criminosa por sua família ou amigos, por exemplo, atua principalmente na camada interpessoal, mas a sua ação criminosa vai depender de como o indivíduo vai encarar aquela realidade, vai depender da sua visão sobre suas vivências. Neste trabalho defendo a multicausalidade, contemplada de forma simplificada no Modelo Ecológico, como motivador para o envolvimento com crime, entendendo que influências do meio externo impactam na forma a qual o indivíduo se relacionar com a lei. Contudo, compreende-se que a camada pessoal de cada um que determina a forma que reagirá à essas influências externas.

Em teoria, o sistema penal seria um momento para reparação dos fatores de influência que motivaram o comportamento desviante perante à lei. Contudo, entendemos que esse papel não é exercido do modo no qual a legislação defende. A seguir entenderemos um pouco mais a respeito dessa dissonância entre o que a Legislação coloca como ideal e a prática

2.2 Descompasso entre doutrina e prática jurídica

A prisão em sua essência deveria servir como instituição de ressocialização. Segundo a Lei de Execução Penal (LEP) 3, Art.1º "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado." A lei diz ser dever do Estado prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Constitucionalmente, o Estado deve prestar assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

A forma e a maneira de condução desse processo ressocializador deve considerar que o condenado ou internado, cedo ou tarde, retornará ao convívio social e o objetivo é que não retorne à cometer delitos. A LEP em si respeita os direitos humanos dos presos e contém várias provisões ordenando tratamento individualizado, protegendo os direitos

³ Lei de número 7.210, de 11 de julho de 1984, trata do direito do reeduca (condenado e internado) nas penitenciárias brasileiras e da sua reintegração à sociedade.

substantivos e processuais dos detentos e lhes garantindo assistência. Vista como um todo, o foco dessa lei não é a punição, mas ao invés disso, a 'ressocialização das pessoas condenadas'.

Além de sua preocupação com a humanização do sistema prisional, a LEP também incita juízes a fazerem uso de penas alternativas como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. Apesar disso, ainda há muito que fazer para que a humanização e ressocialização sejam uma verdade dentro do sistema penitenciário.

Constitucionalmente a lei defende os direitos humanos e o processo de reforma do detento, contudo, o Estado não consegue cumprir o que os legisladores determinaram. O processo de ressocialização de fato é complexo, abrange áreas diversas e envolve, não somente o preso, mas o seu contexto familiar, social e sua história como um todo. Educar ou reeducar é uma tarefa muito complexa em qualquer ambiente que ela seja desenvolvida, principalmente se o indivíduo já possui uma construção social e individual prévia.

Mas por que a lei não é aplicada conforme se apresenta na LEP? Existe um extenso debate do porquê a constituição difere da realidade, não só no contexto penal, mas em toda sua abrangência. Segundo Lassalle (1980):

Os problemas constitucionais não são problemas de direito, mas de poder; a verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais e efetivos do poder que naquele país regem, e as Constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que expressem fielmente os fatores do poder que imperam na realidade social: eis aí os critérios fundamentais que devemos sempre lembrar.

O autor ainda defende que de nada servirá o que se escrever em uma folha de papel, se não se justifica pelos fatos reais e efetivos do poder. O professor de Direito Civil e escritor Roberto Aguiar (1990) compartilha do pensamento da lei servir a favor de determinados grupos em detrimento de outros, dela legislar pelo detentor do poder na sociedade e principalmente de ter uma caráter amplo e muitas vezes ambíguo. "O direito não é imparcial, ele é sempre parcial, por traduzir a ideologia do poder legiferante".

Segundo ele, o direito utiliza expressões polissêmicas que admitem as mais variadas interpretações, que podem ser usadas por qualquer tipo de pessoa, oriunda de qualquer faixa social, representando qualquer interesse, expressões que, por nada significar, ou por ter a possibilidade de tudo significar, sobreviveram durante séculos.

É inegável a pluralidade e diferença social e intelectual da sociedade brasileira, a mesma lei deve ser interpretada por pessoas com realidades completamente diferentes e a mensagem tem grandes chances de ser alterada, para ser utilizada da maneira que for conveniente a quem faz uso dela. Desse modo, o destinatário da norma jurídica é "anônimo, pois será aquele que vier a se enquadrar no conteúdo previsto pelo juízo hipotético-condicional que caracteriza a norma secundária" (AGUIAR, 1990, p. 33).

Velho brocardo latino que definiria a justiça: *Honeste vivere, alterum non laedere, suum cuiusque tribuere*. Uma relação justa estaria respaldada no viver honestamente, na atitude de não lesar o outro e no dar a cada um o que é seu. Fica evidente que, dependendo do tempo, lugar e organização social, do modo de produzir e da estrutura de poder diferente será a resposta para cada um dos mandamentos citados, elidindo, desse modo, a possibilidade de se constituírem em fundamento para uma reflexão concreta sobre a justiça (AGUIAR, 1990, p. xvi).

Sendo a lei a emanção normativa de um poder, e sendo esse poder instrumento de domínio de grupos sociais sobre outros, dificilmente esses grupos iriam legislar contra si mesmos. Por isso, grupos detentores do poder não vão permitir uma normatividade que venha ferir seus interesses, sua ideologia, seu modo de viver (AGUIAR, 1990).

Conseqüentemente uma normatividade que favoreça dados grupos ou classes, necessariamente irá ferir os interesses, a ideologia e o modo de viver de outros grupos ou classes, logo, o bem legal não pode ser comum, pois emana de grupos para incidir sobre outros grupos, o bem comum, empiricamente observável, é o bem particular dos detentores das decisões.

Aguiar coloca que não existe controle por controle. Ele é sempre orientado por um projeto, um modelo de sociedade melhor, talvez esse seja o ponto, uma sociedade melhor pela ótica do grupo detentor de poder. "Há uma escolha, e, por isso, há separação

entre atitudes boas e más, entre comportamentos certos e errados, entre pensamentos construtivos e não-construtivos, entre *solid citizens*⁴ e delinquentes e entre cidadãos honrados e não-honrados" (AGUIAR, 1990).

A separação ideológica leva à separação dos destinatários da norma legal, valorizando uns em detrimento de outros e obrigando os destinatários a certos tipos de comportamento, proibindo-os de outros e deixando uma margem de liberdade por via da permissão.

O intuito aqui não é questionar o que é certo e o que é errado, mas compreender que as normas legais são falhas muitas vezes em seu propósito de garantir o bem comum, exatamente pois esse bem comum será na visão dos legisladores. Contudo, em suas falhas, são as normas que permitem que grupos tenham direitos garantidos na troca de grupos no poder.

E defende-se aqui que devemos buscar como sociedade um bem comum coletivo, que não favorece somente a um determinado grupo, mas que busque fornecer as mesmas oportunidades e direitos a todos. Devemos visar um bem estar comum, em que todos se beneficiam com a redução de desigualdades sociais e com instituições sociais mais eficientes. Por meio desse trabalho, visio expor como o Design pode nos ajudar a pensar nessa sociedade. Através da criação e especulação de cenários, é possível vislumbrar e discutir qual futuro queremos e como queremos chegar lá.

⁴ Termo referente à cidadãos exemplares.

3. ABORDAGEM INICIAL

O projeto aqui em questão percorreu um longo caminho de mudanças. Devido à diversas dificuldades de acesso ao contexto real de um presídio, o objetivo do projeto se moldou às oportunidades que surgiam e aos empecilhos encontrados. Partindo de uma abordagem focada em Design de Serviços, o projeto tinha uma visão reformista do sistema penitenciário, à medida que ele foi se alterando, ele foi partindo para uma abordagem oposta, considerando teorias e conceitos abolicionistas. A seguir será detalhado um pouco melhor o percurso de alteração de objetivo e as oportunidades de atuação que surgiram ao longo do período de desenvolvimento.

3.1 Design de Serviços

Inicialmente, o objetivo do projeto era realizar um paralelo entre a área do Design de Serviços e o Sistema Penitenciário, utilizando a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), conhecida como Colmeia, como estudo de caso. O projeto visava aplicar conceitos e o modelo mental de Design de Serviço ao contexto de uma instituição de reparação, buscando torná-lo mais sustentável e um ambiente de real transformação e ressocialização. Essa abordagem é representada no primeiro mapa conceitual realizado ao longo do desenvolvimento do projeto, presente na Figura 2.

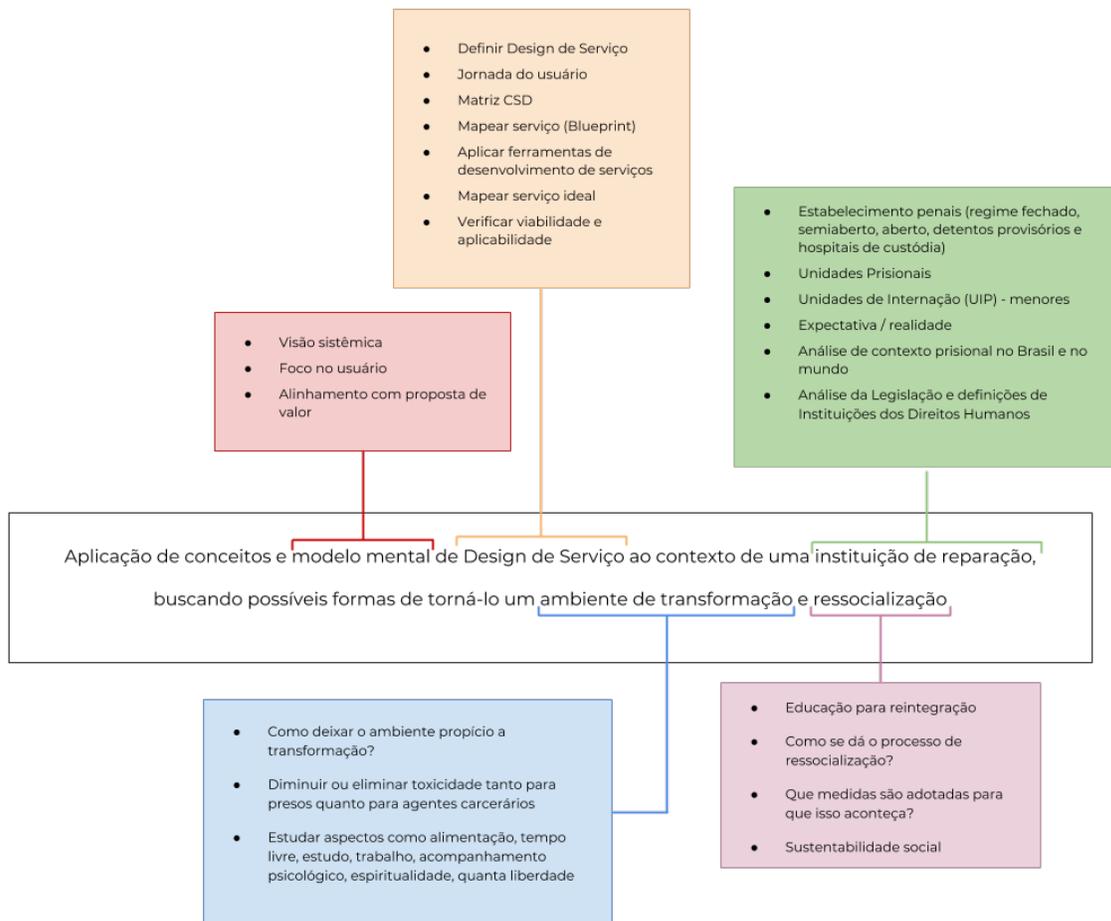


Figura 2. Primeiro mapa conceitual. Fonte: imagem da autora.

Assim como as abordagens contemporâneas do design, o Design de Serviços possui foco no usuário, em busca de otimizar sua experiência, satisfazer suas expectativas e usar de forma mais eficiente recursos humanos, de capital e naturais. Ele procura entender o processo como um todo, analisando todas as variáveis de modo a control -las e otimizar a experiência do consumidor e a eficiência do serviço.

Desse modo, a análise de um serviço parte de um mapeamento da jornada do usuário, uma ferramenta para identificar todos os pontos de contato deste usuário ao interagir com determinado serviço. Como essa abordagem pode ser aplicada a diversos contextos, a jornada do usuário, os pontos de contato e a intera o variam de acordo com cada caso. Contudo, a busca por um entendimento sist mico do serviço, buscando

entender todas as etapas anteriores e posteriores à prestação do serviço em si, é constante.

No caso do sistema penitenciário, os presos seriam abordados como usuários que usufruem do serviço de ressocialização e reinserção na sociedade após um ato infracional. Segundo essa ótica, a jornada do usuário consiste do momento em ele que comete o delito e é enviado a uma prisão, onde inicia a prestação de serviço da penitenciária, até o momento em que é liberado e entre em uma etapa de pós-serviço.

Durante esse processo inicial foram empregadas algumas ferramentas que auxiliaram a maior compreensão do contexto a ser trabalhado. Foi realizada a ferramenta Matriz CSD (Certezas, Dúvidas e Suposições), que iria guiar o mapeamento do serviço (Figura 3) a partir do entendimento do que se sabe do contexto, o que se supõe e o que precisa ser descoberto.

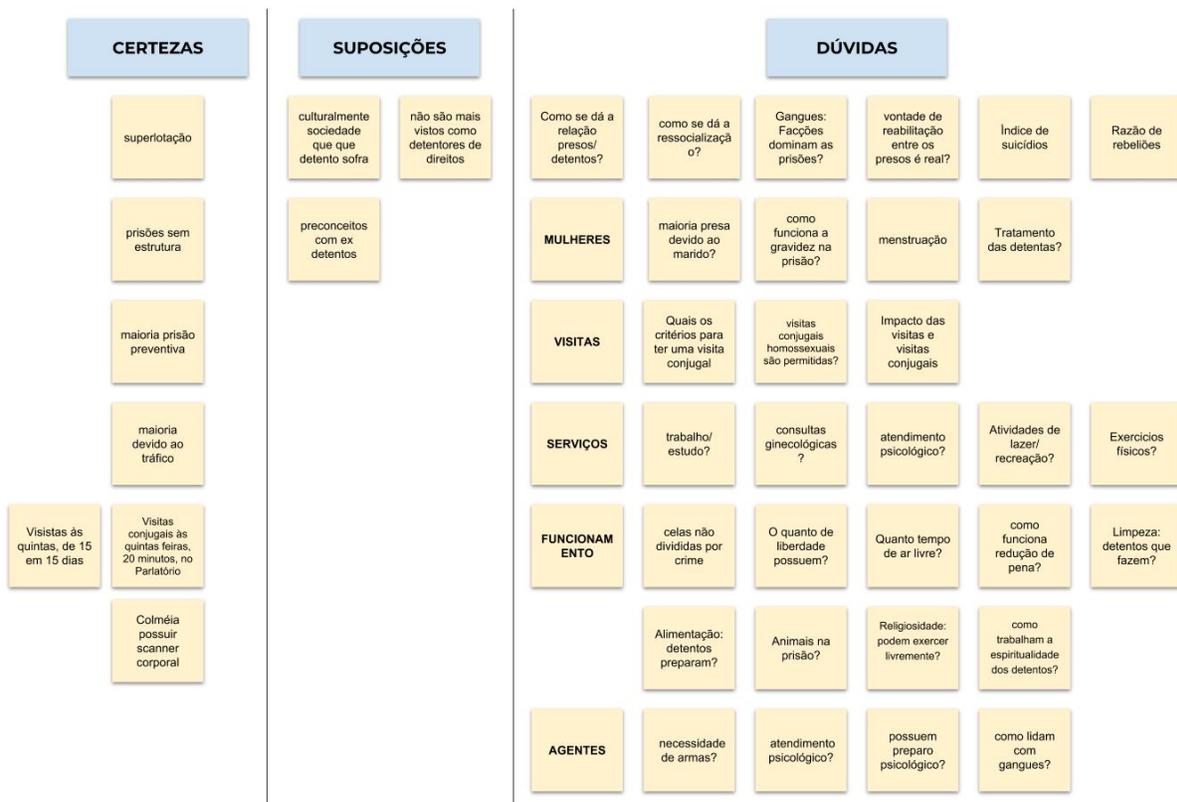


Figura 3. Matriz CSD (Certezas, Suposições e Dúvidas). Fonte: imagem da autora.

A partir dessa ferramenta é possível gerenciar as informações levantadas na etapa de pesquisa, consolidando as que serão utilizadas nos processos de decisão, e direcionar as informações que devem ser validadas ou descobertas. Essa ferramenta se mostrou essencial para organizar inicialmente as ideias e auxiliar a elaboração do *Blueprint*⁵ de serviços (Figura 4).

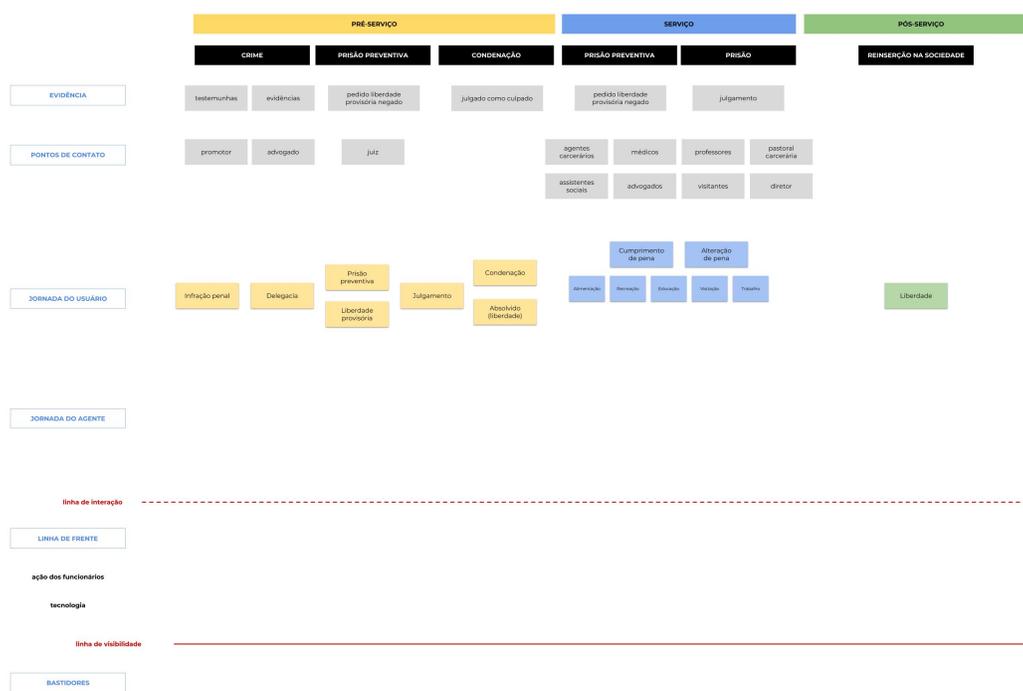


Figura 4. *Blueprint de serviço da Penitenciária Feminina do Distrito Federal sendo trabalhado no início do projeto*⁶. Fonte: imagem da autora.

Um *Blueprint* não possui uma receita exata e pode variar de acordo com o contexto do serviço a ser mapeado. Na proposta inicial do projeto, estava sendo mapeada a jornada

⁵O *Blueprint* consiste em uma ferramenta de mapeamento que possibilita a visualização integrada das relações entre os agentes envolvidos em um serviço, a fim de otimizar essas interações e tornar o serviço mais eficiente e satisfatório para o usuário. Essa ferramenta é configurada, de forma visual, em atividades que compõem o processo, encadeadas em sequência cronológica, na direção horizontal, ao passo que as atividades realizadas pelas diferentes partes envolvidas em cada etapa do processo são separadas na direção vertical.

⁶ Figura encontra-se em maior escala no Anexo 1.

do usuário, as ações de linha de frente (que interagem diretamente com o usuário), as evidências (pontos de contato do serviço com este usuário) e as ações de retaguarda ou *backstage* (ações realizadas pelos prestadores do serviço que não são visíveis ao usuário, mas essenciais para o funcionamento do serviço).

Nessa primeira abordagem, iniciou-se o mapeamento do serviço das penitenciárias com base em estudos acadêmicos, livros e relatórios oficiais. Contudo, para prosseguir no entendimento do serviço, era preciso conhecer mais especificamente os processos empregados na PFDF. No *Blueprint* da Figura 4 é possível observar o pré serviço como etapa mais estruturada, com um mapeamento mais genérico das outras etapas da jornada, que seriam estudados a fundo no contato mais próximo com o contexto da penitenciária.

Uma vez que o intuito do projeto era otimizar o serviço e transformar o ambiente penitenciário em um local menos tóxico, com menor tensão entre detentas e agentes penitenciários, a pesquisa se estenderia também para compreender o lado dos agentes e como se poderia tornar essa relação mais harmônica. Para realização de pesquisa com as internas, conhecer as instalações e entrevistar agentes penitenciários, foi realizado um pedido de pesquisa acadêmica junto à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP-DF). O documento com o intuito de estudar o ecossistema envolvido na PFDF enviado à VEP-DF está presente no Anexo 2.

Entretanto, após três meses de espera, o pedido foi negado "em razão da falta de condições em acompanhar a proposta de pesquisa sem que possa afetar a rotina e as atividades diárias daquela unidade prisional, conforme Memorando SEI-GDF No 164/2019 - SSP/SESIPE/PFDF (movs. 10.1 e 10.2)" (trecho retirado da decisão referente ao pedido para pesquisa acadêmica, nas dependências da Penitenciária Feminina do Distrito Federal). O documento de resposta encontra-se no Anexo 3.

Desse modo, a realização de pesquisa interna e conhecimento das instalações se tornou inviável. Contudo, anteriormente à essa decisão, eu havia conversado com alguns *stakeholders* da Colmeia, sendo eles: Pastoral Carcerária do DF, ex-diretora da PFDF

(ficou no cargo por 9 anos e atualmente é diretora da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP) e um professor do programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) do Presídio.

No contato com esse professor, ele citou a possibilidade da realização de uma palestra ou oficina com suas alunas. Portanto, decidi alterar o objetivo do meu projeto para a aplicação de oficinas de Design Thinking para as internas, visando principalmente o estímulo da criatividade, empatia e resolução de problemas.

3.2 Oficina de Design Thinking

A proposta da oficina era apresentar às internas a prática de criação do Design e o modelo mental que ela envolve, conhecido como Design Thinking. O modelo mental do Design Thinking envolve empatia, resolução de problema e criatividade. Em termos práticos, a oficina proporciona que as internas experienciassem o processo de criação sob a perspectiva do design, a partir da busca de uma solução para problemas escolhidos por elas.

A oficina se propunha a estimular o comportamento proativo na resolução de problemas, a empatia e a sensação de empoderamento por meio da criatividade. Minha hipótese era que esse espaço de criação teria o potencial de lhes permitir enxergar novas possibilidades, se empoderando por meio da percepção de que são capazes de criar e inovar. Na minha visão, tais habilidades que lhes podem ser úteis na sua reinserção à sociedade e poderiam ter um impacto positivo em suas transformações pessoais.

No plano da oficina, elas iriam escolher um problema e, com facilitação, iriam explorar ferramentas simples de design para encontrar uma solução. O objetivo final não seria capacitá-las para se tornarem designers, nem que, ao final da oficina, soubessem todas as ferramentas dessa prática, mas sim que aprendessem a ver novas possibilidades para os problemas que encontram em seu cotidiano dentro e fora do presídio, de modo a encará-los de forma criativa e resolutiva. Além de exercitarem a prática da empatia perante os outros, buscando enxergar os problemas por outros olhos.

Projetos como esse foram desenvolvidos na Inglaterra e Índia, por meio de uma iniciativa intitulada Makeright, obtendo resultados muito interessantes. Ao ler artigos e textos desenvolvidos por membros do projeto foi possível verificar o potencial que essa oficina poderia ter. O Makeright foi um projeto de pesquisa inicialmente desenvolvido no presídio britânico masculino HMP Thameside em Londres liderado pelo Centro de Pesquisa de Design contra o Crime (Design Against Crime - DAC) da Universidade de Artes de Londres em 2015. Em 2016, ele foi replicado na Prisão Central de Sabarmati, em Ahmedabad, na Índia. O projeto desenvolveu uma série de oficinas de Design Thinking para os internos, tendo como produto final bolsas anti-furto, que agora são produzidas por eles e comercializadas. Um total de oitenta e cinco internos do Reino Unido e vinte e cinco internos indianos participaram da iniciativa.

Lorraine Gamman e Adam Thorpe, professores que participaram do projeto, alegam que a cultura na prisão e o comportamento esperado dos presos bloqueiam a empatia e o desenvolvimento pessoal, bem como, há uma grande deficiência de preparo emocional e financeiro para quando retornarem ao convívio social.

O projeto mostrou impactar o ambiente prisional, apesar dos dados não serem de cunho estatístico pelo tamanho da amostragem, foram identificados os seguintes resultados: um maior nível de comparecimento ao projeto em comparação com outros programas oferecidos no presídio; uma percepção de mudança e melhora no comportamento dos internos por parte dos agentes penitenciários e o relato positivo da oportunidade de construir habilidades e engajar em reflexões.

O estudo desse projeto e de seus resultados me inspirou a realização das oficinas com as internas da PFDF e a acreditar no potencial que elas poderiam ter. A partir dos estudos de Design Thinking, construção de oficinas e metodologias de aprendizagem, iniciei a delimitar a estrutura a ser trabalhada na penitenciária. A oficina seria realizada no mês de setembro, na semana de Educação para Jovens e Adultos, uma semana onde são dados oficinas pelos professores e convidados às internas que estão cursando o Ensino Fundamental e Médio.

Dentro dessa semana teria abertura para a realização de duas oficinas: uma pela manhã e outra à tarde, ambas com 3 horas de duração. Uma delas seria para turma de 6º ano e outra para turma de 1º e 2º ano do Ensino Médio, a realização com níveis de escolaridade diferentes seria um fator a ser avaliado durante análise dos resultados de cada turma. A estrutura da oficina visava passar pelas etapas de abertura e fechamento de projetos de design, presentes no framework do Double Diamond (Figura 5): Descobrir, Definir, Desenvolver e Distribuir.

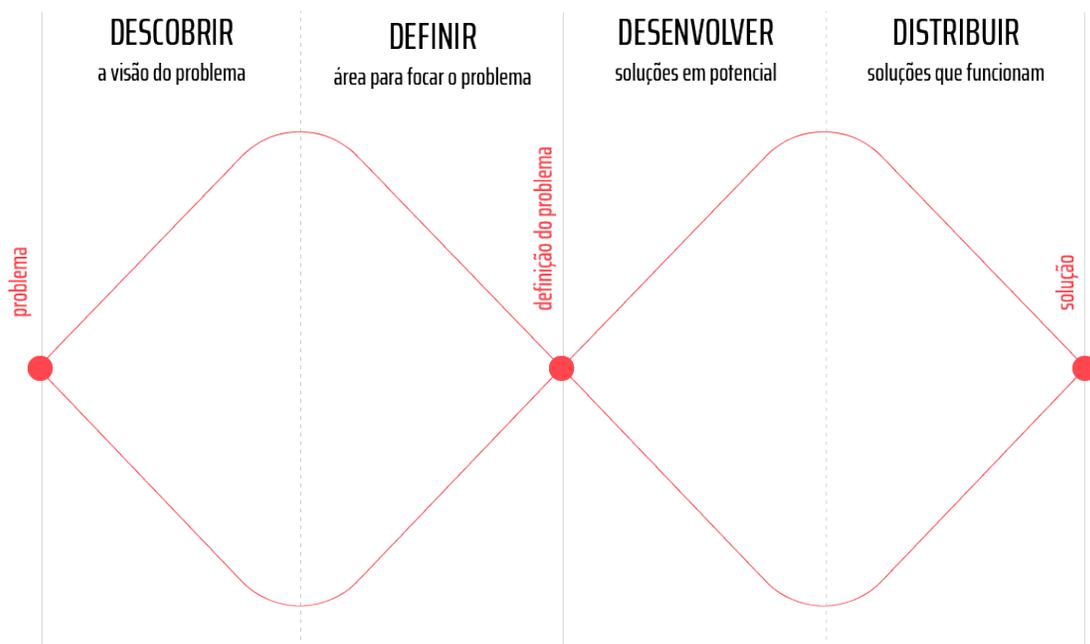


Figura 5. Double Diamond. Fonte: Design Council adaptado pela autora.

A melhor forma de passar por todas essas etapas é por meio da vivência de cada uma delas, desse modo, iniciei a estruturação da oficina por meio de uma simplificação da ferramenta de Vision Backcasting da Kaospilot (Figura 6). Essa ferramenta parte de uma lógica de planejamento reverso, no qual é pensado no que se quer alcançar com o

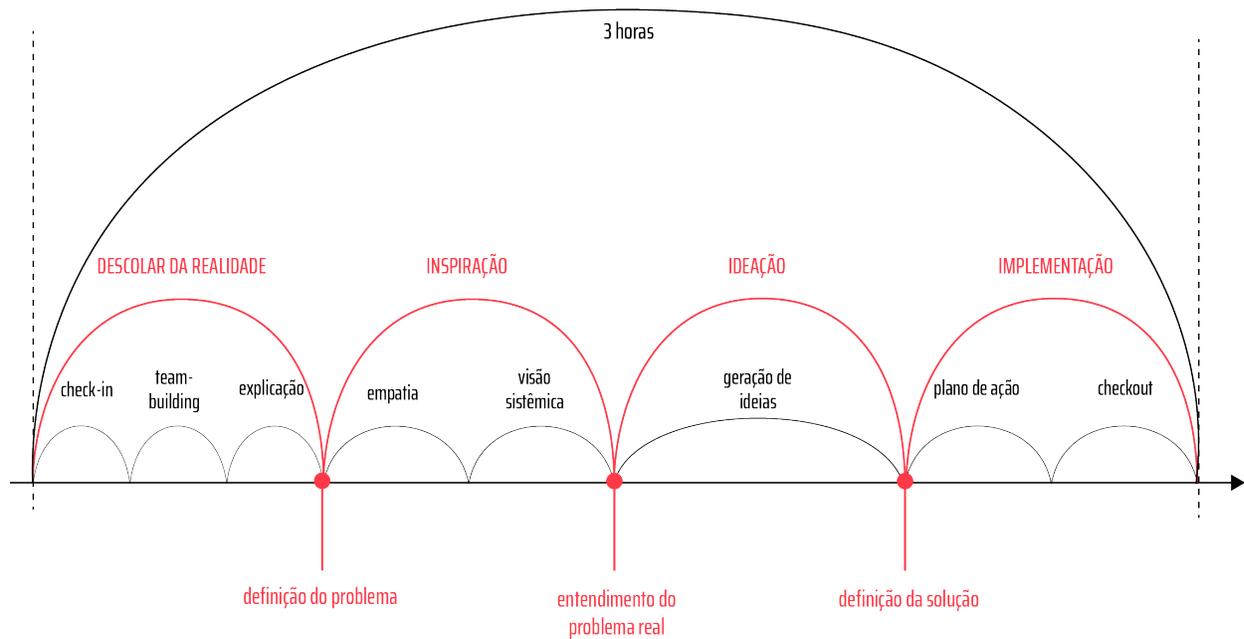


Figura 7. Construção inicial dos arcos de aprendizagem da oficina.

Algumas semanas antes da data prevista para a Oficina, recebi a notícia que ela não poderia ser realizada, pois seria a última semana EJA da Colméia e queriam aproveitar para que as oficinas fossem dadas pelos próprios professores da instituição. Contudo, ela poderia ser realizada no final do semestre, nos meses de Novembro ou Dezembro. Para fins de finalização do projeto de diplomação, essa data não se adequaria ao cronograma.

3.3 Cartas de experiências

Com a alteração da data, o professor me deu a possibilidade de recebimento de cartas das internas, por meio das quais poderia conhecer melhor quem participaria da oficina. Essa possibilidade abriu diversas alternativas para o encaminhamento do projeto que dependiam das informações coletadas nas cartas. Desse modo, pedi que na carta elas escrevessem "três experiências que as fazem serem quem são hoje". O resultado dessa atividade reflexiva poderia fornecer dados qualitativos de como a experiência de cárcere afeta a constituição identitária de cada uma. De qualquer modo, toda a

construção e a forma que as histórias fossem contadas permitiriam diversas análises. Pensando em como seria feita a interpretação das cartas, desenvolveu-se um roteiro de análise, em busca de compreender os potenciais vieses e pontos de observação nas histórias relatadas.

Para isso foi estudado um pouco de teoria de análise de conteúdo. Para Franco (1986), toda mensagem – seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada – necessariamente, expressa um significado e um sentido. A partir de uma análise de conteúdo é possível reconstruir indicadores, valores, atitudes, opiniões, conceitos e estereótipos. O autor enfatiza que toda mensagem contém, potencialmente, uma grande quantidade de informações sobre o seu autor: suas filiações teóricas, concepção de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, motivações, expectativas, entre outros.

Entre todas as experiências vividas, o produtor da mensagem seleciona o que considera mais importante para dar seu recado e interpreta as experiências vividas de acordo com o seu quadro de referências e seu ponto de vista da situação. (FRANCO, 1986, p. 13-14). Toda mensagem recebe um filtro de repertórios e interpretações de seu interlocutor.

Ao chegar a data combinada para as entregas das cartas fui informada pelo professor que nenhuma aluna havia entregue o que lhes foi pedido. Algumas alegaram ter esquecido nas celas, outras não escreveram, mas a interpretação do professor foi que, por uma mudança recente na segurança, elas haviam encontrado um dificultante para escrita e devolução das cartas. Portanto, mais uma abordagem se tornava inviável por uma dificuldade de acesso ao contexto.

Todavia, o professor solicitou às alunas em sua aula que falassem a primeira palavra que viessem em suas mentes e me repassou o resultado. As 40 palavras foram analisadas e categorizadas em grupos, de modo a buscar entender melhor o que poderiam significar. As palavras foram agrupadas por identificação de alguns padrões, sendo eles: pensamento que remetia ao mundo externo, o que não podem possuir dentro do cárcere, desejos gerais, desejos momentâneos de coisas externas, pensamento no

momento (no cárcere), sentimentos com carga positiva e sentimentos com carga negativa. Identificou-se uma tendência a falar de modo saudosista a coisas que sentem falta do mundo externo ou a falar de uma realidade ou reflexão que a vivência delas em cárcere proporcionou.

A palavra mais falada foi "saudade", repetida por diversas internas. Entre as palavras que se relacionavam ao mundo externo, havia menção ao chocolate Diamante Negro, por exemplo. Algumas das palavras que haviam carga negativa foram "sofrimento", "cansaço", "nojo", "tristeza" e "ódio". E entre as que demonstravam reflexões encontravam-se "decepção" e "arrependimento".

Apesar de interessante o exercício de buscar entender o que as internas gostariam de expressar em uma única palavra, é inevitável que não consiga entender a real intenção ao falarem determinada palavra. Por exemplo, a palavra ódio pode estar relacionado à: um sentimento de ódio pessoal, em um processo de arrependimento de alguma ação; pode ser direcionado à alguma pessoa que convive no cárcere e possui alguma intriga com a interlocutora; pode ser a um sentimento de revolta à situação na qual se encontra; e as possíveis interpretações seguem adiante.

Uma vez que não estava presente no momento em que falaram, não pude observar nuances de entonação e linguagem corporal, bem como qual foi a construção da pergunta pelo professor e o modo que o assunto foi abordado. A interpretação dessas palavras está bastante suscetível ao contexto na qual foram faladas como foram abordadas. Desse modo, como pesquisadora, não me senti hábil a fazer inferências mais próximas da realidade por possuir muitos poucos dados a respeito do cenário onde essa dinâmica foi construída.

Logo, fez-se necessária a busca por um novo objetivo ao projeto, com base em tudo que havia sido estudado e vivenciado até aquele momento. Na próxima seção iremos entender como se deu o processo de alterar o enfoque em aplicabilidade do projeto à uma abordagem especulativa.

3.4 Abordagem especulativa

Ao longo do projeto foram encontradas diversas dificuldades e impedimentos para sua realização envolvendo um contexto real, no caso, a Colmeia. Apesar do desejo de realizar pesquisa para possíveis melhorias na prestação de serviço da instituição, o acesso à sua organização interna e usuários foi limitado. Essa dificuldade de aproximação pode ser interpretada como uma desvalorização do desenvolvimento de pesquisas e uma descrença no próprio trabalho sendo realizado pela instituição.

As tentativas de interação com o contexto interno de um presídio e seus impedimentos me levaram à reflexão se, caso o serviço prestado realmente cumprisse sua proposta de reabilitação, seria tão difícil acessá-lo. Essa restrição à obtenção de informações e realização de pesquisa no sistema prisional, a meu ver, expõe o entendimento dos próprios gestores da falha na execução do serviço. Ou então, sobre a defesa de potencial perigo aos pesquisadores, reflete uma desumanização das pessoas ali presentes, como se fossem descontroladas.

Todas essas dificuldades corroboraram para a busca de uma outra forma de trabalhar o contexto e, ao mesmo tempo, trazer uma abordagem crítica sobre a forma que enxergamos o sistema prisional. Desse modo, decidi trabalhar com uma abordagem especulativa e crítica, buscando criar cenários que gerassem discussão a respeito do tema.

Assim, assumo uma postura discursiva e de instigar a reflexão. Meu objetivo não é mais propor uma solução viável, mas explorar o campo do inimaginável para a sociedade atual e, assim, entendermos o que está por trás desse inimaginável. Mas o que isso traria de benefício? Trabalhar com um contexto especulativo pode nos ajudar a melhorar o contexto real?

4. DESIGN CRÍTICO ESPECULATIVO

Ao se referir à atuação do design, é natural pensar na resolução de problemas, em trabalhar com problemas reais, em contextos reais, na busca por alternativas viáveis para solucioná-los. Segundo Dunne e Raby (2013), quando deparado com problemas complexos como superpopulação, falta de água e mudança climáticas, o instinto do designer é solucioná-los, mesmo sendo problemas que não podem ser destrinchados, quantificados e solucionados. Assim, vem se tornando claro que muitos dos desafios que encontramos hoje em dia não podem ser consertados de forma simples e o único jeito de superá-los é por meio de mudanças de valores, crenças, atitudes e comportamentos.

O próprio sistema prisional é um contexto complexo inserido em uma realidade que não envolve somente as instituições reparadoras, mas os valores e crenças de toda a sociedade. Inicialmente, de forma otimista e até ingênua, pensei ser capaz de, por meio da reforma de uma instituição problemática, impactar as variáveis externas envolvidas nela. Contudo, ao analisar sobre uma outra ótica, um outro caminho seria primeiramente refletir sobre o papel que essas instituições possuem em nossa sociedade, na busca por redefinir essa relação antes de propor mudanças estruturais.

Dunne e Ruby (2013) colocam em seu livro *Speculate Everything* que o otimismo do designer ao buscar solucionar problemas complexos é essencial para a execução de seu papel e para gerar mudança. Contudo, em algumas situações, esse otimismo inerente do designer pode ser um complicador: primeiro, como uma forma de negação de que os problemas que encontramos são mais sérios do que aparentam; segundo, canalizando energia e recursos para mexer com o mundo atual, ao invés vez das ideias e atitudes dentro de nossas cabeças que moldam esse mundo.

Como alternativas que trabalham essas ideias e valores internos, consolidam-se outras abordagens do design, utilizando-o como ferramenta para especular como as coisas poderiam ser. Essa vertente prospera na imaginação e visa abrir novas perspectivas sobre o que às vezes são chamados de problemas perversos (*wicked problems*). Assim, são criados espaços para discussão e debate sobre formas alternativas de ser, além de

inspirar e incentivar a imaginação das pessoas a fluir livremente. "Desenhar especulações pode agir como um catalisador para redefinir coletivamente nosso relacionamento com a realidade." (DUNNE, RABY, 2013).

Estudiosos distinguem essa abordagem discursiva e especulativa de uma abordagem que intitulam de Design Tradicional ou Afirmativo. Nos textos de Dunne & Raby e de Mitrovic, referem-se ao Design Tradicional ou Afirmativo como um caminho que visa resolver problemas para a indústria, direcionado às necessidades do usuário e seguindo expectativas culturais, econômicas e técnicas da sociedade. (JOHANNESSEN, 2017, pg. 4).

É um design funcional ao mundo atual, feito para suprir uma necessidade e que deve ser verdadeiramente aplicado a um contexto real. Assim, ele se limita à tecnologias, materiais e conhecimentos do presente e é subordinado à considerações do usuário ou da sociedade. Essa definição do Design Tradicional considera alguns aspectos principais: ele possui caráter comercial e é definido pela sua viabilidade comercial e as expectativas de mercado ou cliente (JOHANNESSEN, 2017).

Nenhum dos autores de práticas discursivas e críticas do design buscam substituir o Design Tradicional, precisamos desse tipo de prática, ela é essencial para o desenvolvimento da nossa sociedade e para resolução de problemas por ela enfrentados. O Design Discursivo vem exatamente para abarcar uma área que o tradicional não abarca, não porque o tradicional não está cumprindo seu propósito, mas por ter objetivos diferentes. Ambos possuem sua relevância nos modos que são aplicados, inclusive, a prática especulativa pode ser adotada como uma etapa de um processo de Design Tradicional, tornando-os complementares.

Quando os designers ampliam seu escopo em relação às questões de maior escala e complexidade, como ética, política ou sociedade, isso exige uma auto-reflexão diligente e uma atitude crítica em relação ao motivo pelo qual projetamos. Design Crítico Especulativo busca desafiar as percepções atuais de produtos e normas, ao invés de reproduzir ou reforçá-las. No presente trabalho me proponho a desafiar nossa percepção

atual sobre o encarceramento, desafiá-la por meio de cenários críticos e especulativos para discutirmos aonde queremos chegar. O modo no qual lidamos com o crime é utilizado a séculos e não foi percebido real impacto positivo na sociedade, o que busco provocar é uma reflexão se não está na hora de pensarmos em outras possibilidades.

A ideia de futuros possíveis nos ajuda a entender melhor o presente e discutir que tipo de futuro queremos e quais não queremos. Desse modo, para criar abertura para debate, são desenhados cenários provocativos, intencionalmente simplificados e fictícios, comumente originados de perguntas "e se..." (DUNNE, RABY, 2013).

Existem diversos campos do Design que trabalham com essa lógica crítica a partir de criação de cenários e artefatos fictícios, são eles: Design Crítico (*critical design*), Design de Futuros (*design futures*), *Design Fiction*, Design Adverso (*adversarial design*), Design Interrogativo (*interrogative design*), Anti-design, Design Radical (*radical design*) e Design Reflexivo (*reflexive design*). Bruce e Stephanie Tharp em seu livro *Discursive Design: Critical, Speculative, and Alternative Things (2018)* colocam essas abordagens dentro do conceito de Design Discursivo, um campo que abrange uma gama de práticas conceituais, alternativas, expansivas ou críticas.

Apesar de abordagens, ênfases e efeitos diferentes, são conectados pela sua preocupação com algum nível de impacto intelectual. Dessa forma, o Design Discursivo é colocado como um gênero sob o qual existem várias espécies comunicativas que visam, pelo menos, instigar o pensamento (THARP E THARP, 2018). A interseção também se dá pelo seu afastamento de uma função comercial e sua semântica de deslocamento do objeto do dia a dia, expondo seu caráter fictício ou acadêmico que busca provocar reflexão em sua audiência ou usuário.

Neste trabalho é utilizada uma perspectiva de Design Crítico Especulativo, uma das práticas contempladas dentro do Design Discursivo de Tharp e Tharp (2018).

4.1 Cones de futuros possíveis

O Design Crítico Especulativo busca expandir os limites da experiência vivida, propor novas realidades e trazê-las para discussão, não para ser um caminho a ser seguido, mas sim a ser discutido e dialogar em cima (DUNNE, RABY, 2001). Sua natureza descolada da realidade, permite que os espectadores suspendam sua descrença e deixem a imaginação fluir, esquecendo momentaneamente como as coisas são agora e navegando por como elas poderiam ser.

A discussão a respeito da viabilidade dos projetos de caráter especulativo fica clara nos cones de futuros possíveis desenvolvido por Joseph Voros, presente na Figura 9. O primeiro cone é o do provável, é onde a maioria dos designers operam. Esse cone descreve o que é provável que aconteça a não ser que alguma situação extrema se suceda, como uma crise financeira, desastre ambiental ou guerra.

O segundo cone é dos futuros plausíveis, o espaço de planejamento e previsão de cenários, o local do que pode acontecer. Os futuros plausíveis têm o objetivo de explorar alternativas econômicas e políticas para garantir às organizações que estarão preparadas para a maioria dos cenários.

O terceiro é o cone do possível, onde é importante que aconteça a conexão do mundo atual e o sugerido. Nos cenários desenvolvidos nesse cone, a conexão do presente com o cenário pensado pode ser inteiramente fictícia, mas deve ser possível entender a sucessão de eventos que levou da realidade àquele cenário. Essa conexão com o mundo em que vivemos que viabiliza a reflexão acerca do futuro em questão. Externo à esses cones está a zona da fantasia, onde essa conexão com a realidade não precisa ocorrer. Essa zona existe em um mundo próprio, com poucas ou nenhuma conexão com o mundo real.

Um último cone cruza os futuros prováveis e plausíveis, representando os futuros preferíveis. Esse conceito é extremamente relativo, pois o termo preferível é subjetivo, desse modo, o cone do preferível não possui uma posição fixa, podendo navegar entre

os cones de acordo com o ponto de vista em consideração e o futuro sendo projetado. O Design Crítico e Especulativo trabalha exatamente com esses futuros preferíveis, o qual integra o potencial imaginativo de um futuro ancorado no presente. A geração de futuros pode ser um catalisador para o debate público e discussões sobre os tipos de futuro as pessoas realmente querem, qual o futuro preferível queremos como sociedade.

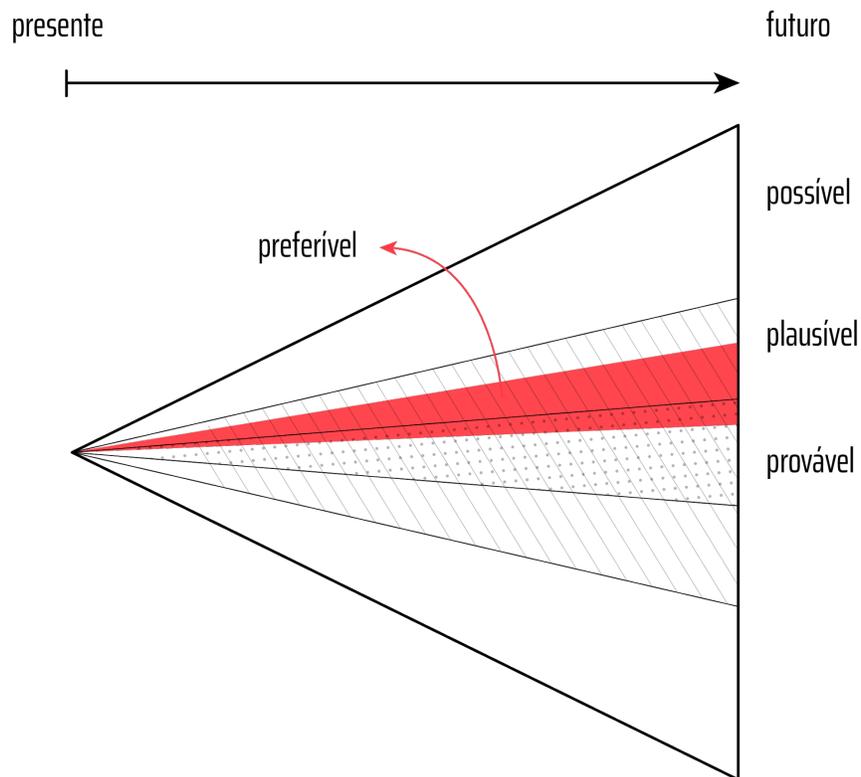


Figura 9. Cone de futuros possíveis. Fonte: Dunne e Raby (2013), traduzido e adaptado pela autora.

Dune e Raby (2013) defendem que especulando mais, em todos os níveis de sociedade, e explorando cenários alternativos, a realidade pode se tornar mais maleável e, assim, podemos organizar os fatores da atualidade que podem aumentar a probabilidade de futuros desejáveis acontecerem. E igualmente, fatores podem auxiliar a identificar futuros não desejáveis com antecedência e remediados ou limitados.

A conexão com a realidade nos cenários pensados permite que o espectador o projete em sua vida. A partir dessa projeção ele se torna protagonista dessa história, interpretando papéis individuais e informativos. A reação do espectador se torna o verdadeiro produto do Design Especulativo (AUGER, 2012).

Desse modo, seu intuito não é produzir um artefato final, mas produzir um novo cenário, um novo conceito, uma nova possibilidade na mente de seu espectador, para que ele se torne protagonista desse novo cenário, seja negando-o e evitando que ele aconteça, seja atuando para que ele aconteça. De qualquer modo o objetivo de plantar a semente de uma outra alternativa à realidade atual foi cumprido, o espectador tem liberdade de querer podá-la ou cultivá-la. A reflexão da audiência é um requerimento base para o sucesso do design discursivo e somente após essa reflexão o impacto pode ser considerado (AUGER, 2012).

4.2 Abordagem metodológica

O principal objetivo do presente trabalho é gerar a reflexão a respeito de como a sociedade brasileira enxerga e lida com o sistema penitenciário, utilizando-se da lente do Design Crítico e Especulativo. A pesquisa possui um caráter exploratório e altamente dialético, onde busca-se iniciar uma reflexão em quem o lê.

A lente do design conceitual exige alguns pontos de atenção para que realmente consiga conectar com o espectador e tenha o envolvimento desejado. Para gerar esse envolvimento utilizou-se os pontos trazidos pelo modelo prático de Bruce e Stephanie Tharp em seu livro *Discursive Design: Critical, Speculative, and Alternative Things (2018)*, onde dividem o design discursivo em nove facetas:

- **Intenção** (*intention*)

Por que o designer está projetando?

Todo design tem uma intenção, principalmente no design discursivo e crítico é muito importante ter o "por quê" do projeto muito claro, mais até do que o "como" ou o "o quê". Os autores apontam cinco modelos mentais motivadores que um designer discursivo pode ter, essa compreensão e definição auxilia a entender a abordagem que o designer vai dar ao projeto, são eles:

- Declarativo (*Declarative*): possui uma opinião e afirmação clara e a declara com confiança com o intuito de proclamar, criticar, defender ou argumentar;
- Sugestivo (*suggestive*): também possui uma opinião assertiva, mas menos enfática, por apresentar menor confiança na sua posição;
- Inquisitivo (*Inquisitive*): designer quer aprender sobre o tópico por estar curioso ou inseguro, busca entendimento, e está mais aberta a outras posições e possibilidades. Nesse modelo mental, o projeto é considerado mais um modo de pesquisa, de buscar saber mais sobre determinado assunto;
- Facilitador (*Facilitative*): quer dar suporte a parceiros ou auxiliar outros;
- Disruptivo (*Disruptive*): quer obstruir e impedir a presença ou momento de um discurso ou atividade problemática. Em vez de proclamar uma posição certa ou alternativa, a preocupação é denunciar uma posição errada ou menos preferível.

Durante a elaboração do projeto, não foi utilizado somente um modelo mental, foram utilizadas nuances de mais de um modelo mental listados por Tharp e Tharp (2018), contudo, em grande parte, os principais modelos utilizados foram o disruptivo e o inquisitivo. O disruptivo está muito atrelado à afirmativa que originou o projeto desde o seu início: a ineficácia e toxicidade do atual sistema penitenciário. Entretanto, pelo pouco conhecimento a respeito do tema antes do início do projeto, uma mentalidade inquisitiva perpetuou ao longo de todo seu desenvolvimento.

Além dos modelos mentais, os autores pontuam cinco objetivos de projeto que se relacionam com o tipo de comunicação desejada pelo designer. Ter uma intenção clara e seus objetivos subsequentes auxilia a navegação pelos possíveis cenários de projeto.

- Relembrar (*Remind*): reforçar um discurso que a audiência já conhece;
- Informar (*Inform*): oferecer novo entendimento por meio do fornecimento de informações que a audiência não conhece. Esse objetivo também pode se relacionar à trazer novas perspectivas à discursos familiares;
- Inspirar (*Inspire*): motivar pensamentos ou sentimentos positivos, inspirar uma resposta positiva ou criativa ao projeto;
- Provocar (*Provoke*): incitar uma reação de uma audiência, despertando-a emocional e intelectualmente. O objetivo é provocar atenção, resposta, debate e decisão. As provocações podem ser leves e gerar discussões ou podem ser extremas e instigantes;
- Persuadir (*Persuade*): convencer a audiência de uma posição, persuadindo-a a se afastar de uma determinada crença ou posição ou fazê-la concordar com um certo argumento ou ponto de vista.

Meu objetivo principal com esse projeto foi provocar, todo o projeto dos cenários foi com o intuito de gerar uma discussão a respeito de como o sistema penitenciário é hoje e como queremos que ele seja. Associada à provocação, também esteve presente o objetivo de informar, trazer um novo entendimento acerca das possibilidades para o encarceramento. Apesar da problemática do sistema penitenciária ser familiar à grande parte da sociedade, suas alternativas não são tão discutidas em todas as camadas sociais e áreas de conhecimento.

- **Entendimento** (*understanding*)

O que o designer deve saber?

Com a liberdade e capacidade de afetar o pensamento de indivíduos e a sociedade, vem a responsabilidade de saber mais a respeito do tema que está sendo abordado. Quando o designer possui um maior entendimento acerca do contexto que está trabalhando, seu modo de projetar é mais eficiente e efetivo. Compreender bem o assunto e parecer proficiente é importante principalmente quando a audiência é externa ao contexto do design e o designer precisa parecer credível e seguro de suas informações.

Um melhor entendimento leva a melhores mensagens, artefatos, comunicação e resultados. Tharp e Tharp (2018) discutem essa importância a partir de três perspectivas básicas: responsabilidade ética, eficácia e credibilidade do projeto do designer. Uma vez que esse projeto passou por diversas etapas, o entendimento do contexto foi sendo construído ao longo de seu desenvolvimento. A fim de possuir um maior entendimento sobre diferentes ângulos foram lidos relatórios oficiais, livros, artigos, textos sobre o sistema penitenciários sob diferentes perspectivas: relatos, sociológica, criminal e filosófica. Além disso, foram ouvidas discussões recorrentes sobre a temática por meio de podcasts, vídeos e palestras e foram entrevistadas pessoas imersas no contexto:

- O diretor e o coordenador da Associação de Apoio aos Presos, Egressos e Familiares (APEF);
- A ex-diretora da PFDF e atual Diretora Executiva da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap/DF);
- Um professor da Secretaria de Educação que lecionou no Complexo Penitenciário da Papuda e atualmente leciona na PFDF aulas de Artes;
- Um agente penitenciário do Complexo Penitenciário da Papuda;
- Uma psicóloga do Complexo Penitenciário da Papuda.

Foi possível entrevistar diversos atores com perspectivas e opiniões diferentes a respeito do funcionamento atual do sistema prisional e de como deveria funcionar. Uma constante entre os entrevistados foram as dificuldades encontradas no contexto, principalmente para realização de seus trabalhos profissionais. Sob óticas de diferentes atores pude ver

dificuldades de baixo número de efetivos, dificuldade de verba para instituições prisionais, os riscos da profissão e limitações de atuação dos profissionais.

Todavia, é importante ressaltar a ausência de uma visão direta e da interação com detentos ou egressos. Essa perspectiva seria extremamente relevante para o projeto, mas infelizmente não foram encontradas pessoas dentro do curso da pesquisa para conversar.

Outra opinião que busquei coletar foi da sociedade, por meio de um questionário online, presente no Anexo 4, procurei coletar a visão do maior número de pessoas a respeito do contexto. Uma vez que meu principal objetivo é gerar discussão a respeito da visão que a sociedade possui a respeito do encarceramento e da forma que lidamos com pessoas que cometeram algum crime, ouvir diretamente de membros da sociedade era muito relevante. Entretanto, a amostragem se mostrou muito pequena, com 15 respondentes. Além disso, é importante reconhecer o viés dos entrevistados, uma vez que partiram de pessoas do meu círculo social, que inegavelmente possuem um maior nível de escolaridade e uma classe social mais alta.

Tendo em vista essas considerações, foi interessante ver que algumas das respostas foram unânimes, diferentemente do que eu esperava. Todos os respondentes concordaram que as prisões não cumprem seu propósito e que deveriam ter melhores condições. Outro ponto interessante comentado foi a recorrência da relação entre educação e desigualdade social com a criminalidade, estando mais presente essa visão do que uma lógica determinista.

Foram feitos diversos esforços para uma maior compreensão do assunto abordado no projeto, contudo, compreendo que possuo diversas limitações de entendimento de processos, impactos e teorias a respeito do sistema penitenciário. Não tenho a intenção, de qualquer forma, de me colocar como alguém com um entendimento de sociologia, filosofia e criminologia suficientes para argumentar do ponto de vista de um especialista. Meu maior objetivo é, por meio de meus estudos, instigar a discussão e debate a respeito do tema.

- **Mensagem** (*message*)

O que e como o designer deve dizer?

Como o design discursivo é uma forma de se compartilhar ideias, os designers devem estar atentos à qualidade da mensagem sendo passada. Existem dois principais pontos de um discurso a serem pensados: o conteúdo e a forma da mensagem.

O conteúdo escolhido foi o sistema penitenciário, já a forma da mensagem, decidi trabalhar com a construções de cenários de forma narrativa. Essa narrativa viabiliza expor em alguns momentos o processo para se chegar à realidade dos cenários e a causa e efeito envolvidos neles. Assim, a mensagem é estruturada de modo a expor o que aconteceu no cenário, como e por que se chegou àquele futuro relatado.

Em razão do objeto de trabalho ser um sistema que é reflexo de estrutura sociais, a materialização dessas realidades em artefatos parecia, em primeira análise, não representar o caráter sistêmico dos cenários. A meu ver, a abordagem narrativa traria melhor o impacto do cenário em um contexto de organização social e as escolhas e decisões que levaram àquele cenário. Além disso, por meio de um retrato narrativo, era possível expor o futuro por outros olhos, pelos olhos de alguém que habita aquela realidade e conta através de suas experiências e perspectivas.

- **Cenário** (*scenario*)

Como o designer planeja um cenário para discussão?

Para ser eficaz, um projeto discursivo deve ser propriamente estruturado. Ele precisa ser entendido com um objetivo especulativo. A dissonância discursiva entre o cenário em discussão e a realidade é uma qualidade crucial dos cenários discursivos. Cinco dimensões principais são apresentadas para ajudar os designers a criar uma dissonância eficaz:

- Clareza;
- Realidade;

- Familiaridade;
- Veracidade;
- Desejabilidade.

Os três cenários criados possuem dissonâncias diferentes: alguns comunicam de forma mais clara o que está acontecendo nele; outros possuem maior conexão com a realidade; alguns causam maior familiaridade ou estranhamento, diferentes níveis de veracidade, bem como de desejabilidade.

- **Artefato** (*artifact*)

O que o designer vai fazer/ projetar?

Artefatos incluem produtos, projetos visuais, interações, serviços e sistemas. Artefatos e cenários se misturam, às vezes um deles assume uma posição primária, às vezes eles participam de forma mais igual. As mesmas cinco dimensões principais apresentadas para ajudar os designers a criar dissonância eficaz com os cenários são discutidas com relação aos artefatos: clareza, realidade, familiaridade, veracidade e desejabilidade.

Tharp & Tharp (2018) pontuam três tipos de artefatos e informações que podem ser usadas para guiar a discussão, bem como dois tipos fundamentais de cenários que dependem de diferentes graus de envolvimento com o artefato. Os tipos de artefatos descritos pelos autores são:

- **Artefatos principais** (*principal artifacts*): são objetos projetados centrais para o projeto e o próprio cenário, que podem existir como produtos, modelos ou protótipos finais de trabalho, geralmente são protótipo diegéticos⁷;

⁷ Termo derivado de diegese, um conceito de narratologia, estudos literários, dramaturgicos e de cinema que diz respeito à dimensão ficcional de uma narrativa. A diegese é a realidade própria da narrativa, à parte da realidade externa de quem lê. Um artefato diegético é um elemento que existe dentro do cenário, com suas particularidades, limites e coerências determinadas pelo designer. Em Cinema e outras

- Artefatos representativos (*depictive artifacts*): geralmente são tipos de imagens visuais (fotos, desenhos, vídeos) que ajudam a contar a história e a descrever o cenário. Eles são preparados ou criados para representar ou mostrar o que está acontecendo. Esses artefatos existem fora do próprio cenário;
- Artefatos explicativos (*explanatory artifacts*): são objetos ou informações que também estão fora do cenário e que geralmente existem fora dos artefatos representativos. Eles ajudam a explicar o que está acontecendo com o projeto e fornecer informações adicionais sobre o cenário. Normalmente, são descrições textuais ou visuais que podem ajudar a explicar os elementos do projeto, processos de desenvolvimento e intenções.

Cenários implícitos envolvem artefatos principais, nos quais o próprio artefato assume uma posição de carregar e entregar o cenário e o mundo construído. Já em cenários explícitos, os artefatos desempenhem um papel de apoio.

Nos cenários desenvolvidos neste projeto, foram utilizados artefatos representativos: ilustrações que representam ao conceito base do cenário, que contam, de forma simbólica, o principal ponto de discussão de cada narrativa. Porém, a principal forma de expor o conteúdo dos cenários é o presente relatório, ele assume um papel de artefato explicativo, que exprime os elementos do projeto, seu processo de desenvolvimento e intenções.

- **Audiência** (*audience*)

Para quem o designer vai falar?

linguagens audiovisuais, diz-se que algo é diegético quando ocorre dentro da ação narrativa ficcional do próprio filme.

Ocorre no design discursivo uma importante mudança de design centrado no usuário para design centrado na audiência. Uma vez que o principal objetivo do Design Discursivo é comunicar, essa abordagem é centrada na audiência, que se refere a pessoas com quem o designer deseja falar. O foco na audiência entrega para o objetivo final de afetar aqueles que se deparam com artefatos discursivos.

No presente projeto, a audiência se refere a pessoas que não tenham considerado outras alternativas a prisões. Essa discussão já é recorrente em alguns movimentos sociais e políticos e algumas áreas do conhecimento. Meu objetivo é levar essa discussão para pessoas que não entraram em contato com uma nova perspectiva e, assim, gerar uma discussão generalizada sobre possibilidades ao encarceramento.

- **Contexto** (*context*)

Como será a disseminação da discussão?

O contexto no qual a discussão está sendo veiculada exerce uma poderosa influência sobre a experiência e o significado para o expectador. Como uma das nove facetas do Design Discursivo, é importante deliberar como as condições de disseminação contribuem e talvez confundem o discurso do designer, seja dentro de contextos corporativos, acadêmicos, públicos ou outros.

O principal contexto de disseminação desse projeto é o meio acadêmico, por ser parte de um projeto de diplomação, será veiculado no acervo da Universidade de Brasília e será apresentado a todos presentes na banca de avaliação.

- **Interação** (*interaction*)

Como o designer vai se conectar o artefato, sua audiência e si mesmo?

Assim como não há limites para os diferentes contextos em que o design discursivo pode ser produzido e consumido, também não existem limites para as formas de interação possíveis. São trabalhadas principalmente a interação entre o designer, o artefato e a audiência, tríade representada na Figura 10.

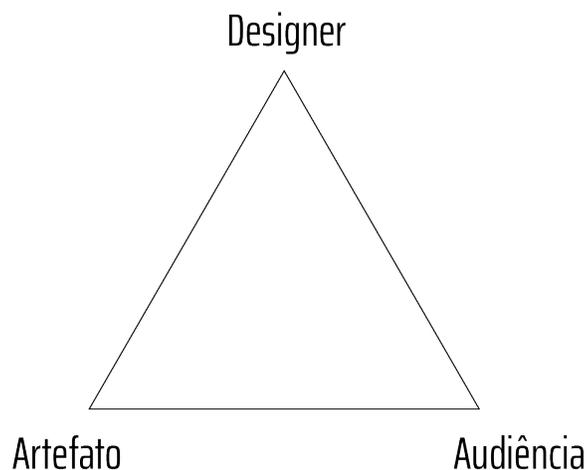


Figura 10. Tríade de interação do Design Discursivo. Fonte: imagem da autora.

A interação do artefato com a audiência se dá no projeto principalmente no encontro com o artefato e os cenários construídos, por meio da visualização das ilustrações e leitura do contexto criado. Além disso, o caráter de interação de propriedade também emerge ao projeto, uma vez que seu objetivo é trazer novas perspectivas, no momento que o espectador vai de encontro aos cenários criados, ele se torna dono daquela informação e visão. Desse modo, ele pode assumir diferentes posturas perante ela: discutir, disseminar, negar, criticar, complementar ou defender. Visto que a audiência se torna proprietária daquela informação, fica a critério dela decidir o que fará com aquele conteúdo. No presente projeto, não ocorre interação da audiência nos outros modos citados por Tharp e Tharp (2018) – criação, uso, manutenção e descarte – devido principalmente à imaterialidade dos artefatos construídos.

A interação designer e audiência se dá primeiramente por meio de veiculação dos cenários, após esse primeiro encontro, os próprios espectadores se tornam o veículo da discussão. E, por fim, a interação entre designer e artefato se dá de forma muitas vezes invisível à audiência. No contexto do presente projeto, a interação ao longo do processo de desenvolvimento é adicionada à minha identidade como designer, influenciando minha maneira de ver o mundo, o design e os métodos de design.

- **Impacto** (*impact*)

Qual o efeito o designer pode ter?

O impacto aborda o grau em que o projeto promete ou prova algum resultado benéfico. Determinar o impacto de uma abordagem especulativa é desafiador pela latência, as consequências não intencionais, os contextos variáveis e os indicadores falsos. Mas é importante se perguntar qual valor o design discursivo produz e qual a base para entender o que é um design discursivo bem-sucedido.

Os autores apontam diferentes níveis a partir dos quais considerar ou talvez analisar o impacto. Eles dividem as metas gerais em estágios, criando a possibilidade de diferentes impactos ao longo do caminho, mesmo que os objetivos finais não sejam alcançados. Os campos abordados são engajamento social (*social engagement*), aplicação prática (*practical application*), pesquisa aplicada (*applied research*) e pesquisa básica (*basic research*).

O impacto preferível deste projeto é o de engajamento social, no qual objetiva-se alcançar condições sociais preferíveis à atual. Após uma reflexão inicial da audiência, o objetivo principal do design discursivo, o impacto pode se dar em três níveis diferentes:

- 1. Pensamento:** grau em que a consciência, o entendimento, as atitudes, as crenças e os valores do espectador mudam. O pensamento individual é afetado a partir do momento que membros da audiência podem ter alguma mudança de entendimento acerca de como lidamos com indivíduos que cometem atos considerados desviantes.
- 2. Ações:** dependendo do nível de impacto no pensamento, eles são transformados em atitudes, novos modos de ser e fazer do indivíduo. Em uma esfera pessoal, os espectadores podem decidir tratar pessoas que cometeram crimes de forma diferente, lhes concedendo empregos, por exemplo. Ou a discussão pode motivar um aprofundamento no assunto e ativismo por novos modos de tratar o encarceramento e a criminalidade. Em nível menor, a audiência pode simplesmente engajar em mais discussões a respeito do tema e de quais futuros queremos para o sistema prisional.

3. Condições sociais: como o engajamento social se preocupa com atividades, crenças, comportamentos, normas, costumes e estruturas de coletivos e comunidades, a ideia é que o impacto se estenda da influência em pensamentos individuais, para ações individuais e, finalmente, afetando como a vida em grupo é entendida e vivida. No decorrer do tempo e de mais discussões, o impacto pode se estender a mudanças de estruturas e valores sociais, impactando na revisão e mudança de como lidamos com a questão da criminalidade.

Uma vez compreendidas como as facetas do Design Discursivo de Tharp e Tharp foram consideradas e analisadas no âmbito do projeto, vamos entender como se deu a construção e desenvolvimento dos cenários. Na próxima seção iremos compreender melhor como se deu a construção de cada um dos três cenários e como eles foram veiculados de maneira narrativa.

5. DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Os cenários foram desenvolvidos a partir do questionamento de possíveis situações, simulando contextos nos quais características do cenário atual eram mantidas ou aconteciam mudanças no modo de lidar com pessoas infratoras. Os três cenários criados variam em quesito de viabilidade e objetivam discutir pontos específicos, mas sempre focados em repensar o sistema penitenciário atual.

No exercício de criar perguntas com a premissa condicional "e se...?" com foco no modo que lidamos com pessoas que cometem atos infracionais, foram pensados em diversos cenários diferentes, positivos e negativos. Entre os pensados, três estão registrados aqui de modos diferentes. Cada um possui uma narrativa diferente e é relatado de acordo com o objetivo a ser comunicado no cenário. Todos são contados com um viés narrativo de alguém que vive naquele cenário, alguns conversando com leitor do passado, outros somente expondo pensamentos de uma pessoa perante uma situação.

A escolha por representar os cenários desse modo foi uma tentativa de maior imersão nas realidades retratadas nos mundos desenvolvidos, sob a perspectiva de alguém que vive aquela realidade. Apesar de curtos e simplificados, objetiva-se passar uma imagem de como esse futuro seria. Para cada cenário, também foram desenvolvidas ilustrações que expõe a questão central sendo tratada, nem todas são de caráter figurativo, algumas possuem uma maior abstração, mas buscando representar o cerne do futuro projetado.

5.1 Como a continuação do cenário atual pode levar a uma situação absurda?

O primeiro cenário foi construído por meio da especulação de como será o futuro se as coisas continuarem do modo que vêm se desenvolvendo, observando os números reais acerca do crescimento da população carcerária e onde isso poderia nos levar, se não fizermos algo para mudar a forma como estamos tratando o problema da criminalidade. O principal objetivo dessa especulação é entender, de forma simplificada, a insustentabilidade do sistema atual. Desse modo, esse futuro possui um caráter

didático de exposição de aonde vamos chegar se nada for feito para alterar o curso do sistema penitenciário.

Dentro da análise dos cones do futuro, esse cenário estaria enquadrado no cone dos futuros provável, uma vez que ele é cenário que estamos caminhando, caso nada seja mudado. Na Figura 11 é possível visualizar onde estaria a projeção desse futuro.

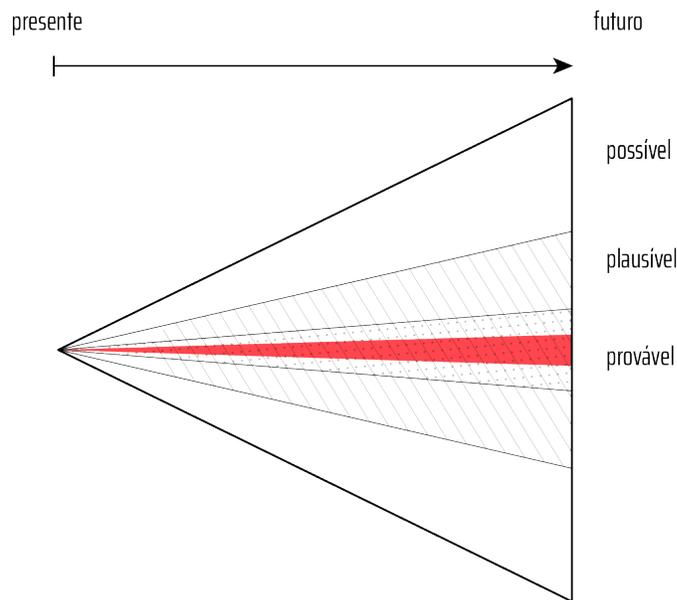


Figura 11. Cone do futuro da continuação do cenário atual. Fonte: imagem da autora.

A seguir encontram-se a ilustração do primeiro cenário e sua construção narrativa, apresentada em *itálico*.

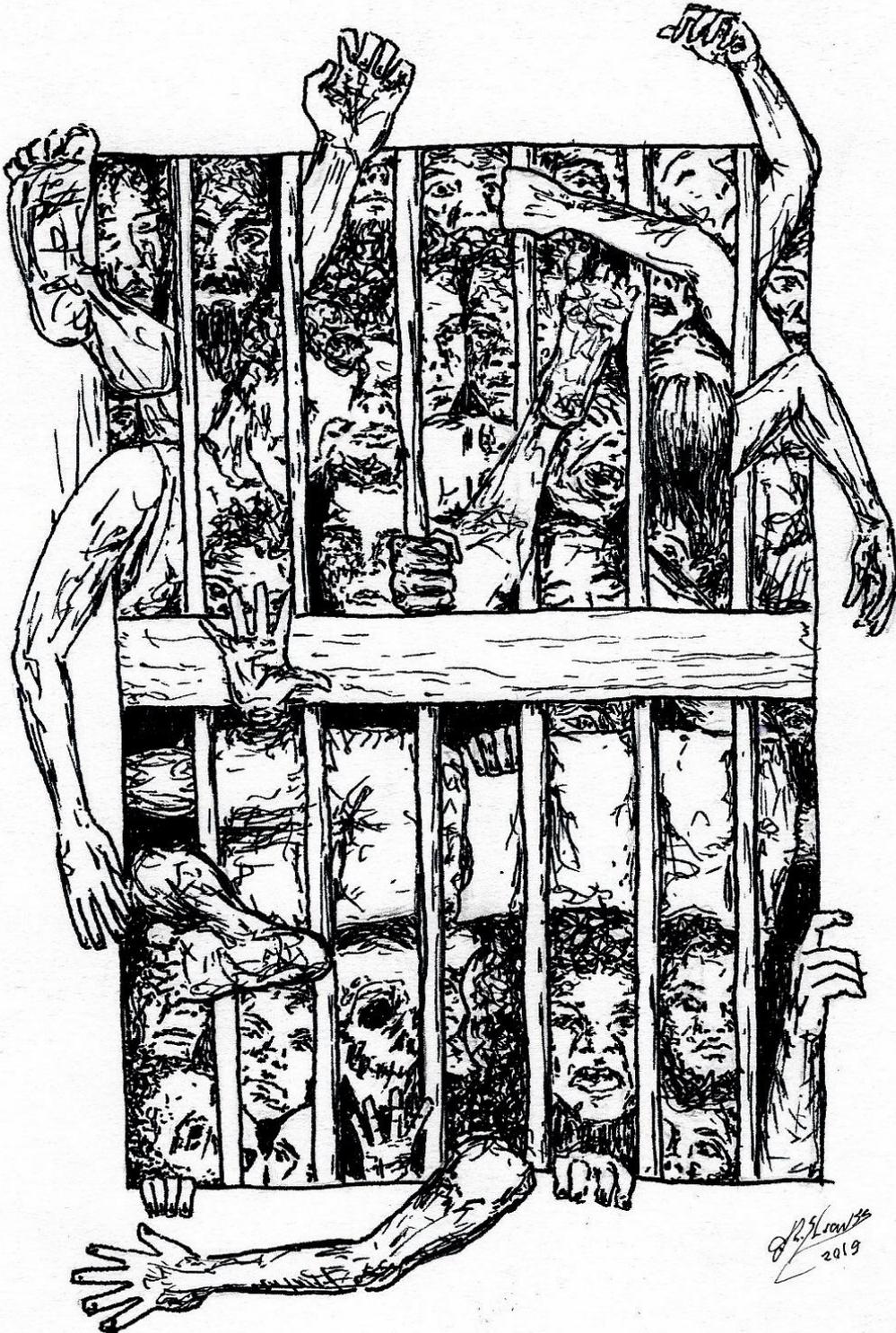


Figura 12. Como a continuação do cenário atual pode levar a uma situação absurda? Fonte: Raphael Strauss.

A sociedade está vivendo um momento de intensa crise penitenciária, um problema que já nos acometia há 20 anos atrás e somente se intensificou. De 2006 a 2016 a população carcerária acima de 18 anos cresceu 80%, saindo de 401.200 pessoas em privação de liberdade para 722,120 em 10 anos (Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, 2017). Essa taxa de encarceramento perdurou os 10 anos seguintes, então em 2026 alcançamos um marco de 1.299.816 pessoas em privação de liberdade e em 2036 são 2.339.668. Em 2026 tínhamos um número de presos equivalente à população de Porto Alegre de e em 2048 temos à de Belo Horizonte.

Contudo, esses números contam somente uma parte da história. Em meados de 2020 mudanças legislativas alteraram a maioridade penal para 16 anos. Os movimentos conservadores, vivenciados ao redor do globo nessa época, ganharam mais força e pensamentos conservadores acerca de políticas públicas se tornaram mais recorrentes. A porcentagem de 84% dos brasileiros que em 2018 eram a favor da redução da maioridade penal para 16 anos elevou-se com a intensificação da criminalidade derivada da grande taxa de desemprego e da marginalização social daqueles anos.

Desse modo, o número de menores infratores de 16 a 17 anos se uniu à população carcerária e elevou a taxa de encarceramento como um todo. Entre os anos de 2010 a 2016, as infrações entre menores de idade cresceram 34,5% (Levantamento Anual Sinase 2015). Esse número também se manteve até que, em 2036, possuímos 81.185 presos com menos de 18 anos no sistema penitenciário. Esse número somado aos presos maiores de idade faz com que contemos atualmente com uma população carcerária de 2.420.853. São quase 2,5 milhões de pessoas em privação de liberdade.

Para acomodar esse encarceramento crescente, o governo investiu na construção e reforma de mais presídios. Essa estratégia já era adotada à algum tempo em 2019, com a liberação de 22.381 novas vagas naquele mesmo ano.

Em 2017 o Estado gastou R\$ 15,8 bilhões para custear os sistemas prisionais segundo uma auditoria de 2019 do TCU. O levantamento do TCU aponta que um preso no país

custa, em média, R\$ 23 mil por ano, cerca de R\$ 1,9 mil por mês. Para efeito de comparação, em 2017, o Ministério da Educação definiu para o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) o custo anual mínimo por aluno de R\$ 2.875,03, ou seja, um custo de R\$ 239,58.

Como se era esperado, essa proporção se distanciou ainda mais. No momento temos mais escolas fechando e mais presídios abrindo. O custo por aluno teve que cair para R\$ 54 por mês para conseguir sustentar o crescimento carcerário. A frase de Darcy Ribeiro "se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios" se concretizou e para conseguir construir mais presídios o dinheiro foi redirecionado de outros orçamentos da União.

O orçamento anual destinado ao sistema penitenciário aos poucos foi sendo reavaliado e ajustado à realidade crescente de detentos. Desse modo, constantemente o orçamento foi realocado da educação e da saúde para construção e manutenção de presídios. No início eram valores pequenos, mas, como uma bola de neve, a situação tomou proporções emergenciais que exigiram do Estado um grande investimento em medidas de segurança públicas, sendo a principal delas a liberação de mais vagas no sistema penitenciário para alocação do crescimento da criminalidade.

Outro ponto em consideração que elevou o custo do orçamento destinado ao Fundo Penitenciário foi a exigência de mais agentes penitenciários. Com a população carcerária crescente era preciso maior número de efetivos, contudo, notou-se uma queda na procura por vagas. A realidade da profissão se tornava um risco cada vez maior, tanto dentro do presídio, quanto fora, uma vez que o crescimento de facções permite a atuação agressiva de presos fora dos presídios.

Agentes vivem em constante medo de que algo lhes aconteça, recorrendo à violência exacerbada no presídio para conseguir impor respeito. Entretanto, fora do ambiente penitenciário, não possuíam essa posição de autoridade, vivendo em constante medo. Portanto, foi-se necessário incentivar a procura por essa profissão, aumentando o salário médio do agente de R\$ 5.500 para R\$ 15.000.

Gastos também aumentaram para custear o policiamento, uma vez que ele é o sistema que retira os criminosos das ruas para colocá-lo nos presídios. Já o sistema judiciário não se fez muito mais efetivo, uma vez que era quase impossível o julgamento de cada indivíduo com a grande quantidade de pessoas sendo presas. Desse modo, a forma de condenação se alterou a fim de aumentar a eficiência das operações, iniciaram julgamentos em conjunto, onde diversas pessoas eram julgadas em massa, sem possibilidade de recurso após aquele momento.

Para remediar a situação emergencial o Estado teve que retirar alguns direitos dos presos, como o auxílio reclusão às famílias. O auxílio era pago aos dependentes do segurado do INSS, quem havia contribuído regularmente e que estava preso em regime fechado ou semiaberto, durante o período de reclusão ou detenção. Por ano o valor destinado à esse auxílio chegava à R\$ 524,19 milhões. Mesmo sem auxílio, a única chance de alguém sair da prisão é com a insistência familiar, lutando pelo caso.

Caso contrário, são tantos presos que até se perde conta e documentos de todos aprisionados, por isso conseguir um número preciso de quantas pessoas realmente se encontram em restrição de liberdade não é viável. Realmente estamos vivendo um estado de imediatismo, a situação está tão caótica que não se tem mais controle de nada. O próprio Estado encontra-se em risco, por não conseguir garantir o mínimo de qualidade de vida aos presos e à população mais carente, as facções têm ganhado mais poder. O Brasil tem vivido na eminência de uma perigosa guerra civil.

5.2 E se pudéssemos verdadeiramente mudar as pessoas?

O objetivo desse cenário é tentar imaginar uma realidade onde pudéssemos realmente mudar as pessoas com base na empatia. A história relatada é inspirada na história do Peter Woolf e Will Riley, que participaram de uma iniciativa de justiça reparativa na Inglaterra e em outras histórias relatadas no website "The Forgiveness

Project". O portal online coleta e compartilha histórias de vítimas/sobreviventes e autores de crimes e conflitos que reconstruíram suas vidas após o conflito ou trauma.

Esse futuro trabalha com uma tecnologia não existente no presente e sem investimentos atuais em seu desenvolvimento, desse modo, esse cenário encontra-se no cone do possível, afastando-se um pouco de contextos plausíveis ou prováveis.

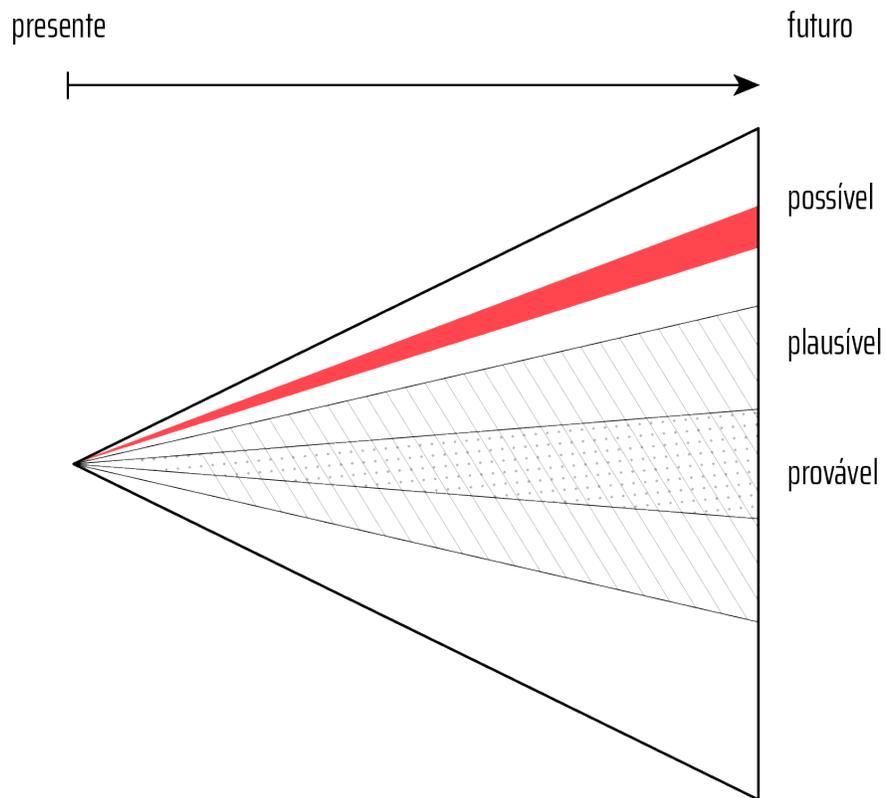


Figura 13. Cone do futuro da mudança real das pessoas. Fonte: imagem da autora.

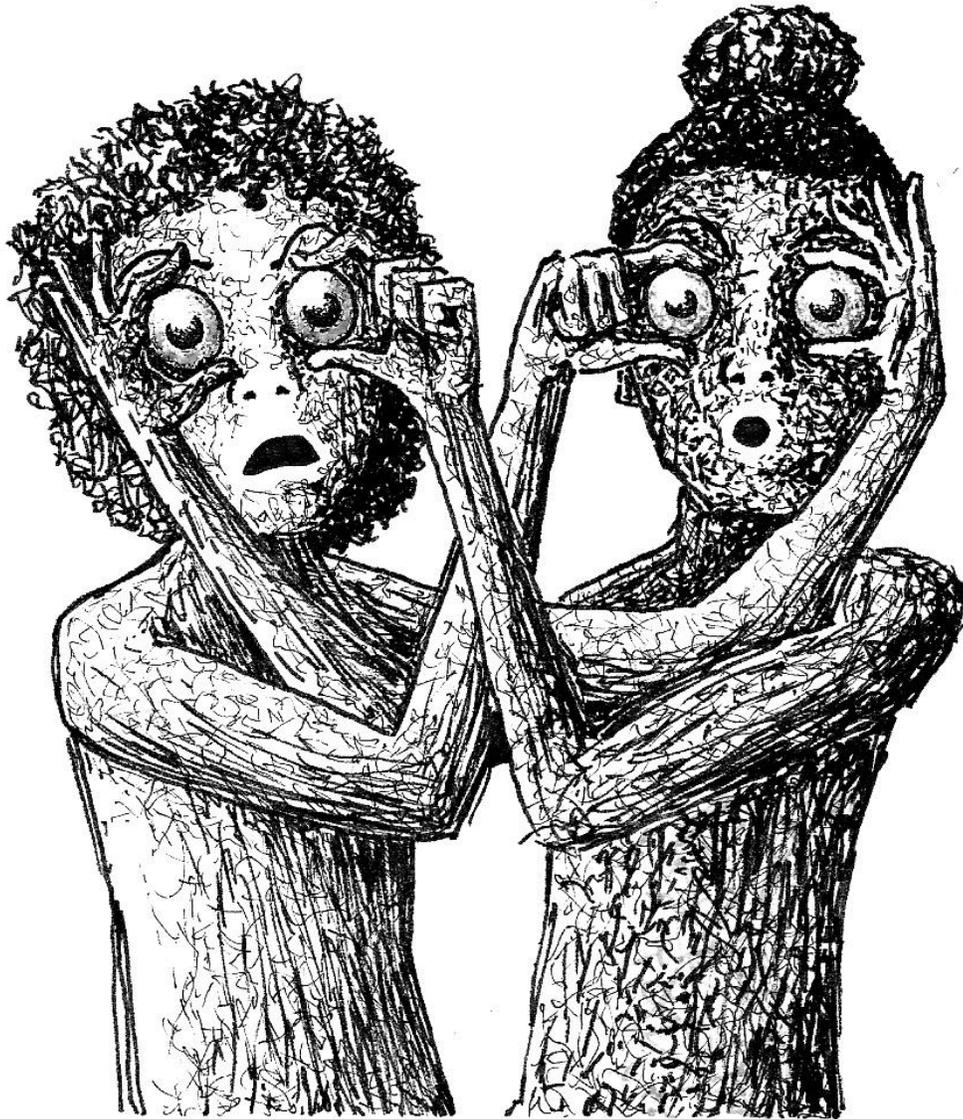


Figura 14. E se pudéssemos verdadeiramente mudar as pessoas? Fonte: Raphael Strauss.

– Eu entendi.... – ele me disse com lágrimas nos olhos. E eu também havia entendido, ver aquela situação com outros olhos realmente me fez entender. O mais incrível é que

não foram só os olhos, de algum modo eu consegui sentir aquilo... As memórias não são só visuais, mas elas envolvem os outros sentidos também, elas transcendem o olhar e transpassam por todos os sentidos e percepções. Pois é, eu senti isso, senti o que ele sentiu...

Acho que com ele foi assim também, eu consegui ver nos olhos dele que ele finalmente havia entendido o impacto das suas ações. Antes de usarmos o Empuh, ele havia começado a falar da sua vida traumática e seu problema com drogas como um coitado, parecia um discurso ensaiado que ele falava a seus agentes de condicional. Ele já havia sido preso tantas vezes que sabia direitinho o que queriam ouvir dele. Mas dessa vez era diferente, tinham desenvolvido uma nova tecnologia que possibilita ver a memória de outra pessoa. Eram dois dispositivos circulares que colocaram um pouco acima da orelha, segundo nos explicaram esse equipamento recebia sinais do hipocampo, o local que guarda as memórias, e nos permitia "ver com os olhos de outro".



Figura 15. Chip de memória. Fonte: imagem da autora.

O pior de tudo foi sentir que ele não sentia nada, que vida infeliz deve ser bloquear todo tipo de sentimento ou ter que usar drogas para não sentir quando você começa a sentir algo...

Agora era o momento de cada um falar sobre o que viu, sobre como se sentiu e o outro podia agora se conectar com o sentimento que a pessoa teve durante o acontecimento. Não eram somente as minhas palavras sobre como ele me fez sentir, ele agora pôde sentir o que eu senti. No dia que ele invadiu minha casa e entramos em uma briga eu só conseguia pensar no marginal que ele era e na merda de pessoa que ele era, para mim ele não era um ser humano, não merecia meu respeito.

Naquele momento eu estava furioso, nem sequer podia imaginar o que seria capaz de fazer. Só ficava imaginando o que poderia acontecer se minha filha de 9 anos estivesse em casa, era enlouquecedor. E os dias seguintes não foram melhores, toda vez que colocava a chave na porta de casa eu tinha um sentimento ruim, uma dor no peito de medo de encontrar um estranho do outro lado. Isso se repetia dia após dia, após dia. Eu me sentia totalmente indefeso e constantemente com medo por mim e por minha família.

Aquele estranho havia destruído a única crença que eu tinha em mim mesmo, que eu poderia proteger minha casa e minha família. Ele me fez sentir culpado, por não ter protegido minha família, por minha filha ter me visto todo ensanguentado na sala, assim que chegava da escola e por não ter protegido o único lugar no mundo que eu me sentia seguro: minha casa.

Eu vi nos olhos dele que ele havia entendido o que eu tinha sentido, após ver o acontecimento pelos meus olhos. Era como se um trem tivesse acertado ele, eu podia ver seu lábio inferior solto, quase tremendo. E ele disse:

*– Até esse momento, eu nunca soube que um simples roubo poderia fazer as pessoas se sentirem tristes, zangadas, deprimidas, culpadas - culpadas pelas coisas que eu fiz!
– eu podia sentir na fala dele que se sentia culpado e vi emoção em seus olhos pela primeira vez. O homem que havia topado participar dessa experiência com essa nova tecnologia somente por uma oportunidade de sair da cela e por um pacote de biscoitos de chocolate, tinha sido tocado, não sairia dali o mesmo homem. No mínimo estava refletindo sobre algo.*

Ele já esteve diante de juízes mais vezes do que conseguia se lembrar, mas agora ele tinha entendido o que nenhum tribunal poderia lhe mostrar: o impacto do que tinha feito. Antes daquele dia eu e todas as suas vítimas éramos somente um pedaço de papel.

E eu também entendi de onde aquela pessoa vinha, não aquelas baboseiras ensaiadas que ele havia contado no início, aquele chipzinho me fez ver com profundidade quem ele era. Quem diria que uma simples memória poderia carregar tanta informação, acho que realmente tudo que vivenciamos é impactado por quem somos e como percebemos as situações. Reflexões a parte, descobri, por aquele encontro, que quem eu chamava de marginal era um ser humano.

Ao longo de sua criação, ninguém nunca mostrou se importar muito com ele. Foi criado por seus avós após sua mãe ter engravidado com 14 anos e ter se mudado de cidade depois do parto. Desde cedo apanhou muito em casa de seu avô. Uma vez, aos seis anos de idade, ele roubou uma pequena quantia de dinheiro que seu avô guardava para comprar doces. Quando seu avô descobriu, lhe deu um soco na boca tão forte que seus dentes voaram pelos lábios. Então seu avô olhou-o nos olhos e disse: "Quando eu tinha a sua idade e queria alguma coisa, eu chutava a vitrine da loja e a pegava".

Conselho tomado, ele começou a fazer isso, então com 10 anos já havia cometido vários crimes e começou fumar cigarros, 10 anos!! Somente um ano mais velho que minha filha... E ele progrediu nas drogas... Com 14 anos já estava tomando heroína, imagina se anestesiar de sentimentos com essa idade... Claro, com a sequência de crimes ele foi para em uma unidade de internação para menores infratores, onde era costume naquela época um tratamento baseado em punição física.

Acho que crescendo desse jeito e fazendo essas escolhas você aprende a bloquear qualquer tipo de sentimento para conseguir sobreviver. E aprende que a violência é o padrão, afinal foi assim que ele foi tratado a vida toda... Senti empatia entendendo a história dele, isso não faz dele uma vítima sem responsabilidade por seus atos, mas me fez entender que ele era um ser humano complexo, com diversas camadas e enfrentando dificuldades internas assim como eu enfrento todo dia.

Toda essa experiência me revirou ao contrário, e percebi que muitas vezes não existe uma relação binária entre vítima e causador do dano, muitas vezes esse limiar é nebuloso. Muitos agressores já foram vítimas, temos que, de alguma forma, quebrar essa corrente. Por isso quando ele perguntou o que ele poderia fazer para reparar de alguma forma parte do dano que havia me causado, eu pensei: bom, não podemos mudar o passado. Alguém uma vez falou que o perdão significa abrir mão de toda esperança de um passado melhor. E a partir daquela experiência de troca com meu assaltante e agressor compreendi isso e pude começar a ver as coisas como elas eram, em vez do que eu queria que elas fossem. Então respondi:

– Quero que você trate seu vício em heroína e álcool e volte à escola. E acima de tudo quero que você nunca mais faça algo similar com outro ser humano.

Acho que ele ficou surpreso com a resposta, até eu fiquei. Mas é isso, queria que essa oportunidade se tornasse uma chance para ele fazer algo diferente de sua vida. Para acompanhar o seu progresso perguntei se poderíamos nos corresponder. Ele começou a chorar, percebi que ele nunca tinha tido um ato de compaixão perante ele.

Saindo de lá me senti leve, é como se tivesse tirado um peso de mim. Percebi que aquele encontro e experiência doida com aquela tecnologia não era sobre ajudá-lo a ser uma pessoa melhor, mas para me ajudar a seguir em frente. A empatia é o único caminho para conseguirmos evoluir e melhorar como pessoas, estou esperançoso com essa nova tecnologia de mediação de conflitos.

5.3 E se não existissem prisões?

Entendendo que é insustentável o caminho que estamos seguindo em termos do sistema penitenciário e que a empatia e diálogo podem ter um papel importante no processo de ressocialização e auto responsabilidade vamos explorar a possibilidade de um mundo sem prisões. O seguinte cenário foi elaborado com base em teorias abolicionistas do sistema penitenciário.

O principal objetivo do seguinte cenário é especular como seria esse mundo com alternativas para solucionar conflitos sem a privação de liberdade e o encarceramento em massa. Desse modo, objetiva-se levar a possibilidade de uma sociedade assim, para que analisemos aonde queremos chegar e como chegaremos lá.

Esse futuro encontra-se no limiar entre o cone dos futuros plausíveis e dos prováveis, estando mais inserido no dos plausíveis, como está representado na Figura 16. Esse cenário tem uma camada de realismo onde é possível que ele aconteça, contudo, para tal, são necessárias diversas mudanças na forma na qual nossa sociedade se organiza e os valores e preconceitos que cultivamos. Essa construção encontra-se próxima do cone do provável pois em alguns lugares no mundo já estão ocorrendo mudanças no modo o qual se pensa a realização da justiça pela punição e buscando iniciativas para alterar o modo que tratamos pessoas que cometem atos infracionais.

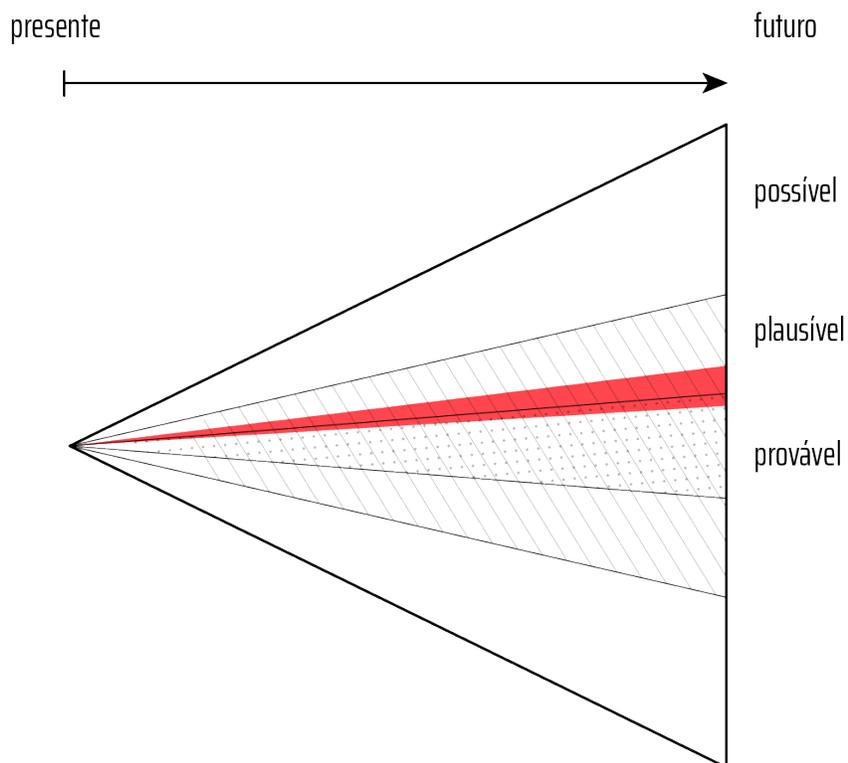
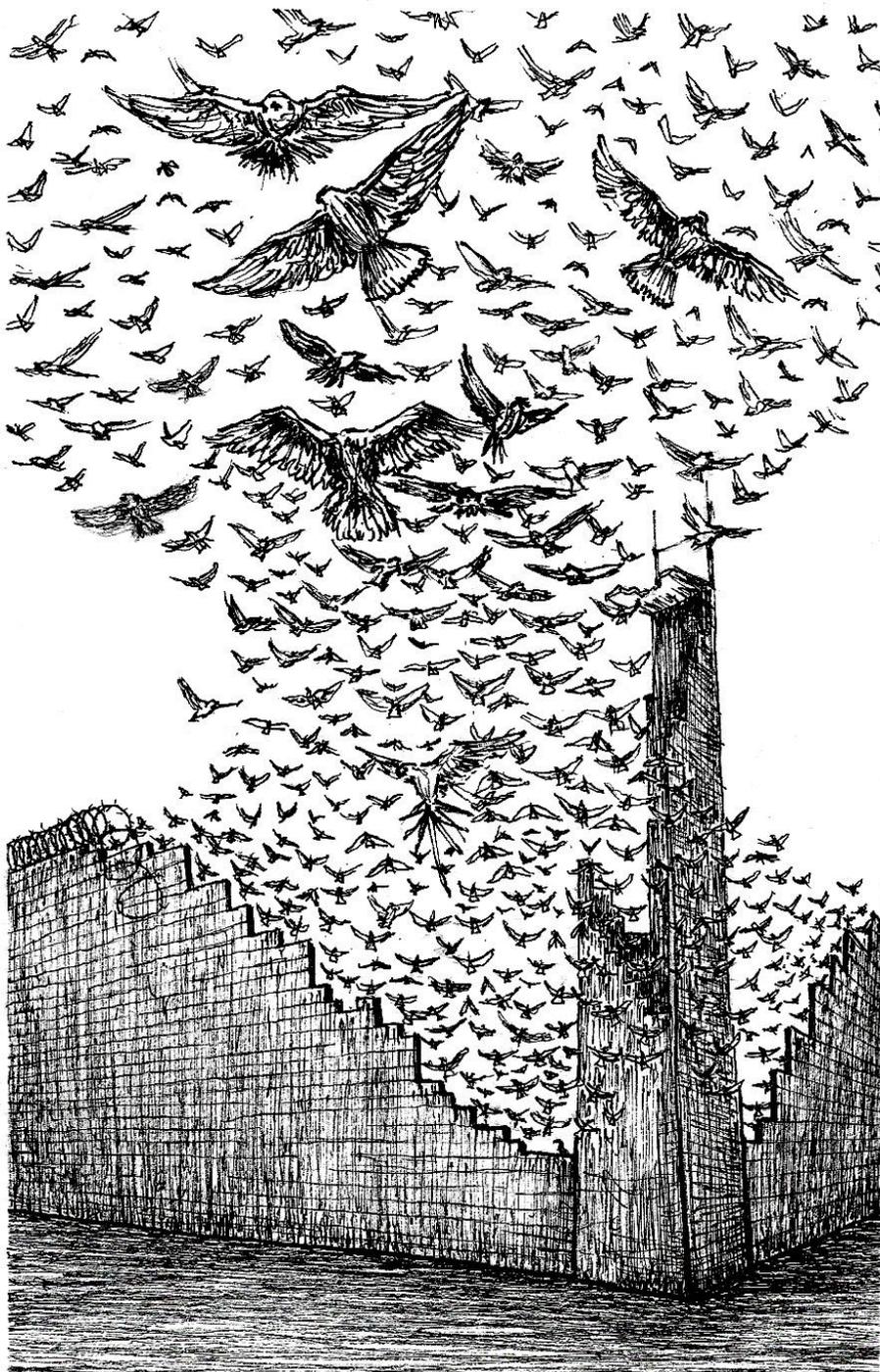


Figura 16. Cone do futuro da abolição. Fonte: imagem da autora.

A seguir segue o cenário de uma sociedade sem prisões, baseado principalmente no livro Estariam as Prisões Obsoletas? (2018) de Angela Davis e no Manual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Paraná.



R. Strauss
2019

Figura 17. E se não existissem prisões? Fonte: Raphael Strauss.

Escutamos histórias do passado, histórias que hoje parecem muito absurdas, mas acho que, para a época, elas deveriam ser super normais. Eu fico imaginando como o que vivemos hoje parece absurdo para alguém no passado, assim como, quando olhamos para o passado, vemos o grande percurso que evoluímos. Para você ter uma ideia, algumas palavras hoje não são mais usadas e são até vistas de forma muito pejorativa, como a palavra “crime” e tudo que dela deriva: criminoso, criminalidade.... Não sei dizer exatamente como essa mudança de conotação ocorreu, mas acho que foram percebendo que esses termos têm uma carga muito forte neles. Eles criaram uma divisão na sociedade entre a pessoa que causou o dano e o resto da sociedade, como se ele não fosse parte dela. Na visão que se tinha, o infrator era automaticamente isolado e visto como menos que os outros, o que se torna um dificultante para a perspectiva de reparação.

Hoje em dia, usamos palavras como "situação problemática" ou "conflito". Até porque a palavra crime possui uma carga de unilateralidade na sua resolução, o criminoso é punido e o problema se foi. Mas e a vítima? Ela também é esquecida? A palavra de conflito e situação problemática traz a vítima para o centro também, onde ela é parte da resolução. Até porque, como que enviar a causador do dano para um local de isolamento ajuda a reparar o dano? Ele nem sequer reconhece o impacto de suas ações e não toma responsabilidade.

Parece doidera ou utopia? Bom, estamos vivendo isso! Claro, foi um caminho longo e de mudança gradual, mas conseguimos conquistar muitas coisas. Pelo o que contam nos livros, o processo de transição para a total abolição não foi do dia para a noite. E, ao contrário do que você deve estar pensando, não foi um processo destrutivo, de colocar abaixo as prisões que existiam e liberar todos os detentos, mas sim um processo construtivo, onde se investiu em estruturas básicas da sociedade.

Essa construção parte na verdade de um lógica bem simples: a partir do momento que você percebe que a causa da criminalidade e os motivos pelos quais as pessoas cometem crimes estão mais conectados à falhas nas instituições básicas como

educação, saúde, família e a própria sociedade, você consegue fazer mudanças para melhorá-las. Por muito tempo os governantes não viam muito benefício nisso, né? Até porque colocar todo mundo que comete crime no mesmo local e se livrar do problema naquele momento é a forma mais fácil de lidar com aquilo, seguindo muito uma lógica imediatista e simplista de mostrar serviço. Falam também, que antigamente a própria sociedade via a construção de prisões e o número de presídios como um indicador de eficácia do sistema judiciário e do policiamento. Bom, adivinha, ainda tinha muita gente que cometia infrações penais das mais hediondas e estava solto.

“Mas porque isso?” você pode estar se perguntando, bom, é porque punir crimes menores e de fácil flagrante, como o tráfico de drogas, era uma forma fácil de mostrar serviço nas ruas. Não é à toa que as prisões antigamente estavam repletas de pessoas envolvidas no tráfico, presas muitas vezes por quantidades muito pequenas, enquadradas pelo “contexto”: estava em uma favela, era negro, era pobre... agora se fosse na universidade e branco? Era uso recreativo... Por isso que muita coisa mudou quando se teve a descriminalização das drogas, desde a maconha à heroína.

Essa mudança foi atrelada à programas comunitários e gratuitos acessíveis à todas as pessoas que desejam enfrentar seus problemas com drogas. Essas políticas também partiram da compreensão que a dependência de drogas não é um fator puramente químico, mas também social e de saúde pública.

Isso tudo deve estar parecendo a maior loucura para você, né? Mas espera o que estou prestes a te contar. Hoje vivemos em uma sociedade mais igualitária! Muitos dos casos de violência doméstica estava conectado com a cultura do estupro e um pensamento de inferioridade perante as mulheres. Depois de muita luta, a sociedade foi entendendo que uma sociedade machista não faz bem para ninguém e que ela é raiz de muita violência. Nossa, ainda bem que nasci no mundo de hoje, devia ser um absurdo ter que mudar de roupa com medo de que algo lhe acontecesse.

Foram muitas mudanças, mas de forma resumida acho que o que mais transformou a sociedade foi uma mudança no modo de ver situações problemas, os crimes do seu

tempo. Antigamente os crimes passíveis de privação de liberdade todos eram lidados da mesma forma e destinados ao mesmo local, como representado de forma simplificada na Figura 13, colocando as pessoas dentro de um presídio, com a única particularidade sendo levada em consideração era quanto tempo a pessoa ficaria lá. Não sei por que demoraram tanto para perceber algo tão óbvio: você não pode tratar todas as situações da mesma forma, aí realmente se cria uma distinção binária entre "o criminoso" e a sociedade. Se todos são colocados no mesmo local então são todos iguais, certo? Nãaa!

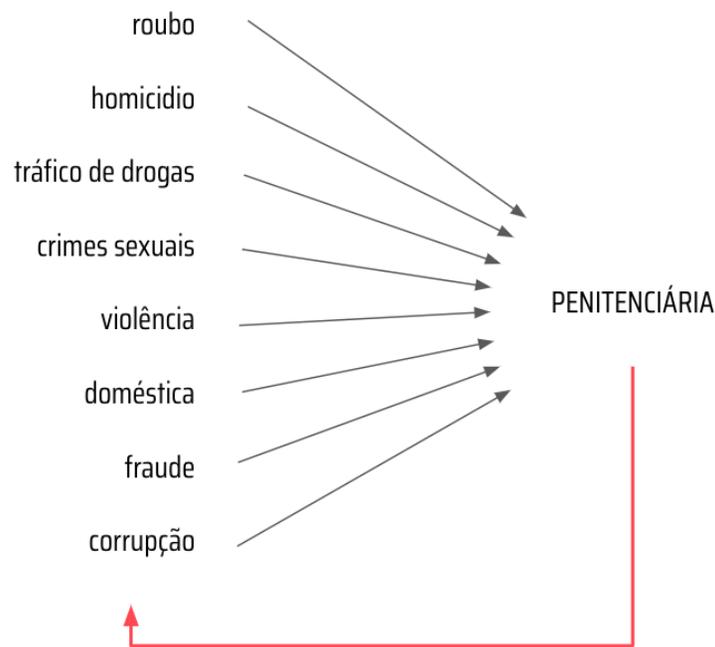


Figura 18. Centralização de crimes nas penitenciárias.

"Beleza, então como vocês fazem?"

Olha, a primeira coisa que mudou foi entender que essas situações problema são fruto de estruturais sociais, interpessoais e pessoais desequilibradas na vida de um indivíduo. Então demos um passinho para trás e decidimos investir em melhorar essas coisas, como mostra na Figura 14. Investimos e lutamos por educação, saúde, lazer, estrutura familiar, fim do machismo, da cultura do estupro, do racismo, da LGBTfobia, ds guerra

às drogas, da desigualdade social e de outras relações sociais que sustentam a permanência da prisão.

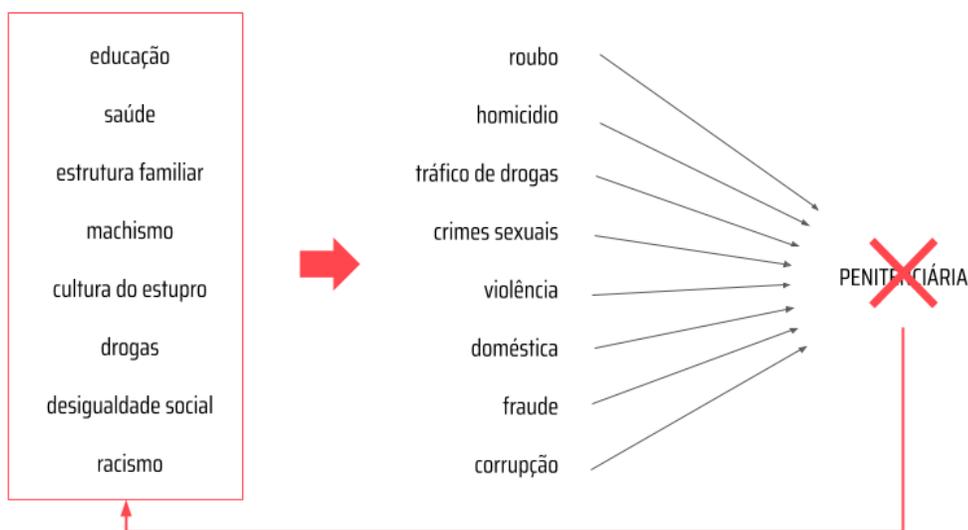


Figura 19. Investimento em políticas de prevenção do crime em detrimento do investimento em penitenciárias. Fonte: imagem da autora.

A meu ver, a mais importante de todas foi a educação. As escolas foram a alternativa mais poderosa às prisões. A desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis e o incentivo ao desenvolvimento de habilidades sociocomportamentais, emocionais, cognitivas e intelectuais. Um entendimento da individualidade do aluno e de suas potencialidades, dando-lhe espaço para crescer e evoluir!

"E agora vocês vivem em uma sociedade perfeita sem conflitos?"

Nãaaao, afinal convivemos em sociedade, conflito entre pessoas vão ocorrer, mas atualmente lidamos com eles por meio de uma justiça baseada na reparação e na reconciliação, em vez da punição e retaliação. Usamos muito do que chamamos de justiça reparadora ou transformadora.

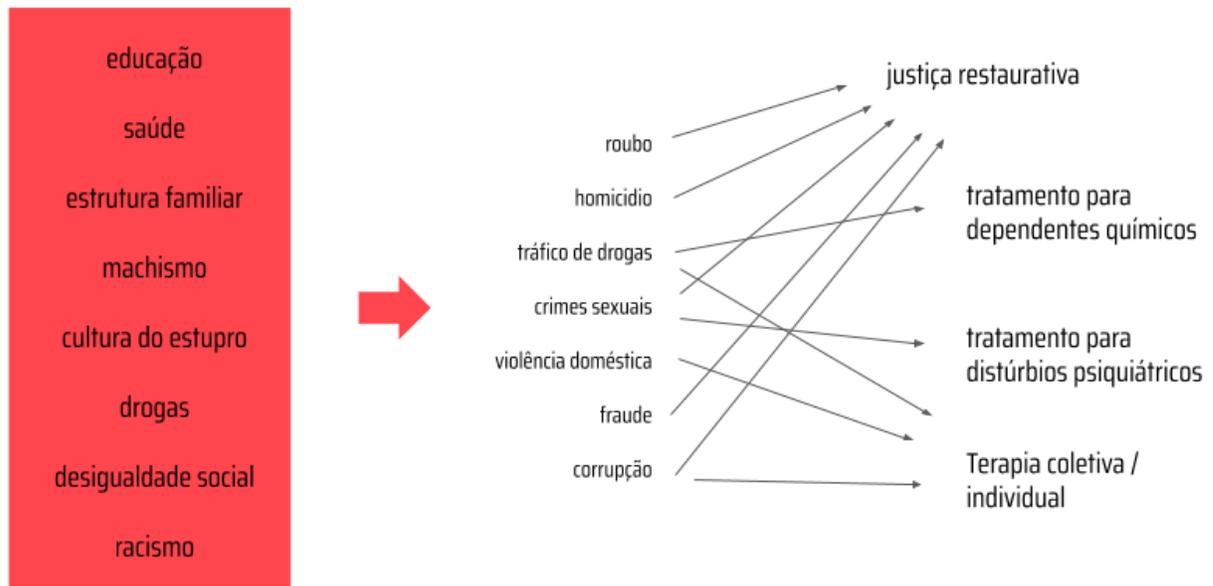


Figura 20. Adoção de medidas personalizadas para cada caso.

Ela tenta restaurar a vítima e as comunidade à suas condições antes do acontecimento, se preocupando em atribuir ao ofensor a responsabilidade ativa, em vez de atribuir a responsabilidade passiva. Isso significa que, em vez de serem informados de que cometeram um crime e, em seguida, punidos, eles são estimulados a reconhecer o seu ato e buscar repará-lo, entendendo o impacto da sua ação.

Desse modo, busca-se a responsabilização, para que ele compreenda efetivamente as consequências do seu ato e o mal causado e contribua, conscientemente, com a construção de mecanismos para repará-lo. Em uma condenação passiva, o agressor não se sente responsável pelo dano, nem sequer pensa que tem uma pessoa do outro lado.

Também tentamos trabalhar no sentido de pertencimento dessa pessoa, para que ele se sinta parte da comunidade e responsável pela resolução do conflito.

Mas essa forma de justiça foca mesmo é na vítima, uma parte que era deixada de lado na época de vocês... Agora, busca-se empoderá-la, na medida em que o conflito compromete sua autonomia. Ela é a principal atingida pelo conflito e deve participar ativamente de sua resolução, mesmo que de maneira simbólica.

Existem vários métodos e formas de utilizar práticas restaurativas, em sua maioria baseadas no estímulo ao compartilhamento de experiências pessoais, para que haja uma maior identificação uns com os outros, e vejam o outro como um ser humano. Isso favorece a conexão entre as pessoas e afasta os preconceitos e medos. Percebe-se que não há necessidade de temer aquele com quem se identifica, desmistificando e desenvolvendo a empatia mútua!

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em trabalhar com o contexto prisional foi derivado de um inquietamento pessoal sobre a ineficácia desse modelo de punição. Ao me aventurar em um tema desconhecido, mergulhei em águas mais profundas e complexas do que esperava. As dificuldades para elaboração e realização da pesquisa foram grandes desafios e me levaram a questionar a forma na qual estava trabalhando como designer.

A grande conclusão desse projeto é a reflexão e a abertura para a discussão. Na minha atuação mercadológica e até acadêmica do design estava muito acostumada a chegar a conclusões com projetos fechados que seriam a solução para determinado problema. O processo de desenvolvimento desse trabalho me mostrou outro lado do design que se preocupa com a criação de um diálogo e discussão que ainda não havia experienciado. Considero o processo de não concluir um projeto com uma solução formal mais adequada, mas com uma reflexão e um convite à uma discussão, libertador.

Ao longo do desenvolvimento do projeto concluo que o sistema penitenciário da forma que está organizado atualmente causa mais dano que benefícios e que devemos discutir alternativas para moldar o futuro que queremos como sociedade. Esse projeto cumpre seu propósito a partir do momento que trás pessoas a refletirem e discutirem como temos lidado com pessoas infratoras e com conflitos no geral. Acredito que podemos pensar em um futuro melhor, por isso, por meio do Design Crítico Especulativo trouxe outras perspectivas que pensam em solucionar situações problema sem o isolamento com base.

Como o intuito do projeto é gerar discussão e reflexão, a expansão de sua audiência se torna um quesito para trabalhos futuros. Para dar continuidade ao projeto, visto apresenta-lo para pessoas relacionadas ao sistema penitenciário, bem como, para audiências não especialistas, com o intuito de verdadeiramente alcançar mais pessoas.

A partir da construção narrativa, uma possibilidade de continuidade e de gerar novas reflexões é explorar como os cenários projetados podem ser materializados em artefatos que permitem com que o espectador vivencie mais a fundo a realidade em questão. A

busca por outros veículos para a mensagem, bem como formatos de mensagem podem apresentar nuances dos cenários não captadas nas ilustrações e textos narrativos.

Em suma, esse projeto foi essencial para iniciar uma discussão que pode ser aprofundada e explorada em outros formatos. Uma discussão possui o potencial de nos fazer repensar a forma que tratamos pessoas que nos causam dano ou que entramos em conflito. E, conseqüentemente, buscar respostas não paliativas para a criminalidade, mas sim preventivas. Concluo esse projeto, com a esperança de que possamos refletir sobre um futuro que verdadeiramente transforme pessoas e comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. *Direito, Poder e Opressão*. 3 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990. 184p.

ARAÚJO, Fábio Firmino de. *Da violência cotidiana ao homicídio banal: Uma abordagem sociológica*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

ASSAF, Bruna; VIEIRA, André. *O Conceito de Anomia sob a ótica de Merton*. JusBrasil, 2016. Disponível em: <<https://bassaf.jusbrasil.com.br/artigos/339908767/o-conceito-de-anomia-sob-a-otica-de-merton>>. Acesso em: 04 fevereiro 2019.

AUGER, James H. *Why Robot? Speculative design, the domestication of technology and the considered future*. 2012.

AZEVEDO, Rosangela Oliveira de; SILVA, Mônica Mamede da; BARROS, Débora Maria Victória de. *O Papel Do Agente Penitenciário No Processo De Humanização No Presídio Feminino Do Distrito Federal – Colméia*. Revista *Projeção, Direito e Sociedade*. Edição Especial. v. 3, n. 1, p. 252-266. 2012.

Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, agosto de 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética Pós-Moderna*. São Paulo: Paulus, 1997. 285 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005.

BRASIL, Código Penal, Constituição Federal. Lei de Execução Penal (LEP): Lei 7.210 de 11 de Julho de 1984.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. *Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos*. Dados - Revista de Ciências Sociais [online]. Rio de Janeiro, 2004. Vol.47, n.2, p.233 a 269.

DAVIS, Angela Yvonne. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DUNNE, Anthony e RABY, Fiona. *Speculative Everything: Design, Fiction, And Social Dreaming*. 2013.

DUNNE, Anthony; RABY, Fiona. *Design Noir: The Secret Life of Eletronic Obejects*, 2001.

FERRO, Ana Luiza Almeida. Sutherland: a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, p. 144-167, jul./dez. 2008.

FRANCO, M. L. P. O que é análise de conteúdo. Cadernos do Programa de Estudos de Pós-graduação em Psicologia Educacional da PUC-SP. São Paulo, n. 7, 1986.

LASSALLE, Ferdinand. *Que é uma Constituição?* Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980. 74p.

Levantamento nacional de informações penitenciárias - INFOPEN, atualização de junho de 2017/ organização, Marcos Vinicius Moura. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. 87 p.

Levantamento nacional de informações penitenciárias - INFOPEN, atualização de junho de 2014. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional.

Manual de Justiça Restaurativa. Tribunal de Justiça do Paraná. Disponível em: < <https://www.tjpr.jus.br/documents/14797/7836487/Manual+JR+-+NUPEMEC+TJPR.pdf/2dee4c67-fc1a-40ae-a896-9b86a7d631a1> >. Acessado em: 21 de Novembro de 2019.

MENDES, Josefa Rosângela de Carvalho. Fundamentos que Envolvem o Direito de Punir: uma Abordagem à Lei de Execução Penal. Acadêmica do IX período do Curso de Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - AGES.

MERONI, A.; SANGIORGI, D. *Design For Services: Design For Social Responsibility Series*. Series Editor: Rachel Cooper. Gower, 2013.

MOSER, C. e SHRADER, E. (1999), A Conceptual Framework for Violence Reduction. Washington, D. C., World Bank, Latin American and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU (LCR Sustainable Development Working Paper nº 2)

OLIVEIRA, Simone Souza de. *Design de Serviços: Proposição de Frameworks Para Investigação do Nível de Competência dos Designers*. 2016. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PINTO, Hélio Pinheiro. *Teoria da anomia segundo Robert King Merton e a sociedade criminógena: seria o delito uma resposta à frustração de não ser bem sucedido na vida?* Revista da ESMAL, Alagoas, n.º 6, 2017.

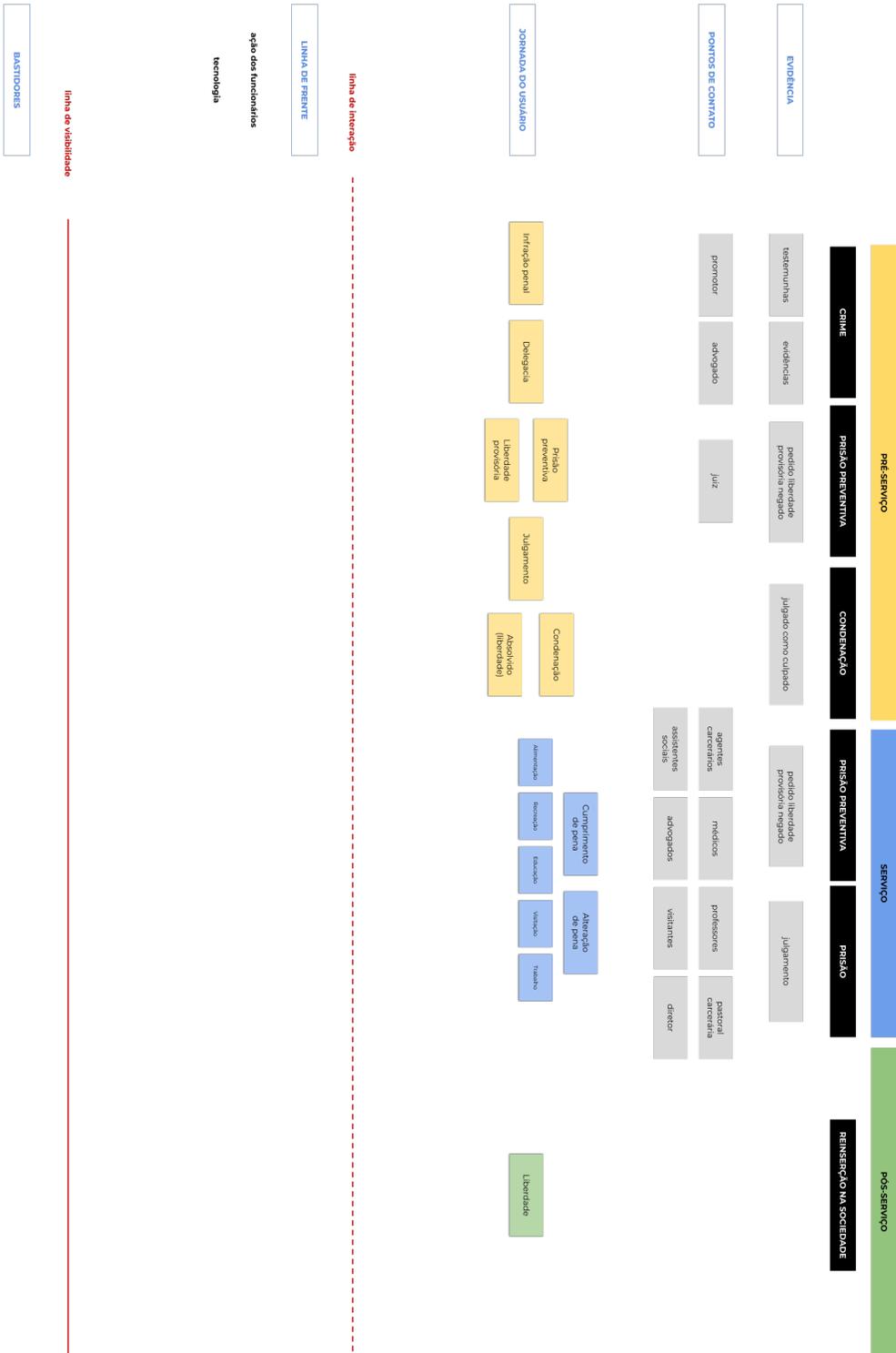
POLAINE, Andy; LØVLIE, Lavrans; REASON, Ben. *Service Design: From Insight To Implementation*. New York: Rosenfeld Media, 2013. 202p.

QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam. A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. São Paulo: Record, 2015.

THARP, Bruce M.; THARP, Stephanie M. *Discursive Design (Design Thinking, Design Theory)*. The MIT Press, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p 130.

ANEXO 1 - Blueprint de serviço da Penitenciária Feminina do Distrito Federal sendo trabalhado no início do projeto.



ANEXO 2 - Pedido de pesquisa acadêmica junto à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP-DF)



Venho por meio deste pedir a autorização para realização de pesquisa acadêmica na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, sob realização de Maria Luísa de Carvalho Cascelli de Azevedo, de RG 29699-10 SSP/DF e CPF 025.017.381-60, estudante vinculada ao Programa de Graduação em Design da Universidade de Brasília, sob orientação de Symone Rodrigues Jardim, de RG M-4.007.792 SSP/MG e CPF 598.430.476-72, professora da Graduação em Design da Universidade de Brasília.

Solicitamos a Vossa Excelência autorização para realizar pesquisa no âmbito dessa Vara de Execução Penais, com a necessária permissão para entrevista com internas bem como acesso à Penitenciária Feminina do Distrito Federal por parte da orientanda e de sua orientadora.

Esclarecemos que a pesquisa visa o mapeamento de processos e serviços desempenhados no âmbito da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a fim de aplicar ferramentas utilizadas na área do Design de Serviços com o intuito de estudar possíveis melhorias ou soluções para o serviço prestado pela PFDF. O intuito da visita é compreender como atualmente se dá o processo de ressocialização e reinserção na sociedade das internas e as principais dificuldades enfrentadas pela diretoria e pelos envolvidos nesse processo.

É parte essencial da pesquisa estudar a experiência de encarceramento das internas. Com o intuito de compreender como se dá essa experiência de forma mais abrangente, objetiva-se entrevistar diferentes perfis de internas. Em um primeiro momento, gostaria de realizar uma dinâmica com as internas selecionadas e, em um segundo momento, entrevistar individualmente cada a fim de compreender como se dá a experiência pessoal delas na penitenciária. Gostaria, se possível, de trabalhar com os seguintes perfis:

- Uma interna gestante
- Duas internas lactante
- Duas internas do regime semiaberto
- Uma interna provisória **com reincidência**
- Uma interna provisória **sem reincidência**
- Uma interna de regime fechado que **estude/ trabalhe**
- Uma interna de regime fechado que **não estude/ trabalhe**
- Uma interna de regime fechado com **nível superior**
- Uma interna de regime fechado com **baixa escolaridade**

Para registro da dinâmica gostaria de fotografar o resultado e nas entrevistas de realizar gravação de áudio.

Seria muito relevante para a pesquisa conhecer, dentro das regras do estabelecimento, as instalações e dos locais onde são realizadas as atividades com as internas. Além disso, para realização da pesquisa seria relevante acesso aos dados estatísticos da Penitenciária, contendo a demografia do estabelecimento, com dados de escolaridade, principais infrações e quantas estão estudando e quantas estão trabalhando.

Respeitosamente,

Maria Luísa de Carvalho Cascelli de Azevedo, orientanda
(61) 99113-6307, malucascelli@gmail.com

Symone Rodrigues Jardim, professora orientadora
(61) 9895-8370, symonejardim@gmail.com

ANEXO 3 – Decisão da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP-DF)

PROJUDI - Processo: 0404049-41.2019.8.07.0015 - Ref. mov. 12.1 - Assinado digitalmente por Leila Cury:310981
01/08/2019: PEDIDO NÃO CONCEDIDO . Arq: Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DISTRITO FEDERAL (VEP) - SEEU
FÓRUM PROFESSOR JÚLIO FABBRINI MIRABETE, SRTVS - QD. 701 - LOTE 8R, . - BLOCO N, 2º ANDAR, SALA
205 - BRASÍLIA /DF - CEP: 70.340-000 - Fone: 6131031511 - E-mail: vep@tjdf.jus.br

Autos nº. 0404049-41.2019.8.07.0015

Processo: 0404049-41.2019.8.07.0015
Classe Processual: Pedido de Providências
Assunto Principal: Execução Penal
Data da Infração: Data da infração não informada
Polo Ativo(s): • Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Polo Passivo(s): • MARIA LUISA DE CARVALHO CASCELLI DE AZEVEDO

Trata-se de pedido de autorização para realização de pesquisa acadêmica formulado por MARIA LUISA DE CARVALHO CASCELLI DE AZEVEDO e SYMONE RODRIGUES JARDIM, respectivamente aluna e professora do Curso de Design da Universidade de Brasília, nas dependências da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF, tendo como intuito a realização de entrevistas com as internas e o acesso às instalações da referida unidade prisional.

A pesquisa teria como objetivo o mapeamento de processos e serviços desempenhados no âmbito da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a fim de aplicar ferramentas utilizadas na área do Design de Serviços com o intuito de estudar possíveis melhorias ou soluções para o serviço prestado pela PFDF (mov. 1.1).

Ao receber o pedido, solicitei informações à autoridade custodiante acerca da viabilidade de se atender o pleito (mov. 5.1).

Em resposta, a autoridade custodiante informou por meio do Ofício SEI-GDF Nº 30/2019 - SSP/SESIPE/EPENDF/GEAP, que é desfavorável à realização da pesquisa junto PFDF, em razão da falta de condições em acompanhar a proposta de pesquisa sem que possa afetar a rotina e as atividades diárias daquela unidade prisional, conforme Memorando SEI-GDF Nº 164/2019 - SSP/SESIPE/PFDF (movs. 10.1 e 10.2).

Relatei.

Decido.

É certo que a realização de pesquisas acadêmicas no interior dos estabelecimentos prisionais desta Capital, é tarefa importante, pois normalmente tendem a contribuir com o processo de ressocialização, ainda mais quando o objetivo das pesquisadoras seria o mapeamento de processos e serviços desempenhados no âmbito da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a fim de aplicar ferramentas utilizadas na área do Design de Serviços com o intuito de estudar possíveis melhorias ou soluções para o serviço prestado pelo Estado.

Contudo entendo que devem ser levados em consideração o fato de que embora as visitas técnicas tenham o objeto de complementar a formação acadêmica dos estudantes requerentes, a questão relativa à segurança destes mesmos estudantes não pode jamais ser relegada a segundo plano, sobretudo quando a autoridade custodiante já afirmou que não tem condições de garantir a segurança das pesquisadoras, pois não pode acompanhar a realização dos trabalhos, sem afetar a rotina e as atividades diárias daquela unidade prisional. Nesse caso, o interesse coletivo, consistente no direito das presas em ter a rotina assegurada, deve prevalecer sobre o interesse individual, qual seja, realização de pesquisa acadêmica.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJDF/DF
Validação deste em <http://seuu.pje.jus.br/seuu/> - Identificador: PJJSE FUECR 9AZOY Z76TK



Ante o **exposto e**, considerando que incumbe a esta Vara de **Execução Penal** zelar, a um só tempo, pelos direitos dos presos, e também pela estabilidade do sistema penitenciário, e, ainda, para que não seja comprometida a segurança, bem como para que não seja colocada em risco a segurança das próprias requerentes, dos agentes de atividades penitenciárias e das internas, **INDEFIRO** o pedido formulado.

Comunique-se às requerentes, encaminhando-lhes cópia desta decisão.

Após, preclusa a presente decisão e não havendo novos requerimentos, arquivem os autos com as cautelas de praxe.

BRASÍLIA , 31 de julho de 2019.

Leila Cury

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/PE
Validação deste em <http://seeu.pje.jus.br/seeu/> - Identificador: PJ59E FJ66CR 9AZQY Z76TK



ANEXO 4 – Questionário online.

Sistema Penitenciário Brasileiro

Olá! Gostaria de saber um pouco do que você pensa sobre nosso sistema penitenciário. É bem rapidinho e todas as respostas são anônimas!

* Required

1. Por que você acha que as pessoas cometem crimes? *

2. Na sua opinião, qual seria a função do sistema prisional? *

3. Você acha que ele cumpre o seu propósito? *

4. Um a cada quatro ex-condenados no país volta a ser condenado por algum crime em menos de cinco anos, por que você acha que isso acontece? *

Dados do Relatório de Reincidência Criminal de 2015 do IPEA- último relatório emitido

5. Você acha que as condições nas prisões brasileiras deveriam melhorar? *

Mark only one oval.

Sim

Não

6. Como você acha que deveríamos lidar com a superlotação de prisões? *

Check all that apply.

- Construindo mais prisões
- Penas alternativas
- Pena de morte para infratores
- Legalização das drogas
- Justiça restaurativa
- Prisão somente para crimes hediondos
- Other: _____

7. Na sua opinião, qual seria a melhor forma de lidar com pessoas infratoras? *

8. Gostaria de adicionar mais algum pensamento sobre o nosso sistema penitenciário?

Muito obrigada!

Suas respostas serão muito relevantes para meu trabalho!
